



**GABRIEL TADEU LUCAS DE ALMEIDA**

**AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS  
DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a  
conclusão do curso de  
bacharelado em Relações  
Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília -  
UniCEUB.

Brasília – DF,  
12 de junho de 2008.



**GABRIEL TADEU LUCAS DE ALMEIDA**

**AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS  
DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Delmo de Oliveira Arguelhes  
(Orientador)

---

Prof.  
(Membro)

---

Prof.  
(Membro)

---

Prof.  
(Suplente)

Brasília – DF,  
12 de junho de 2008.

***Para não dizer que não falei das flores***

*Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Nas escolas nas ruas, campos, construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam antigas lições  
De morrer pela pátria e viver sem razão*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais braços dados ou não  
Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Geraldo Vandré*

Dedico esta monografia à minha mãe, que sempre foi a pedra angular da minha vida.

Aos amigos pela dedicação e amparo em todas as horas e também aos professores que enriqueceram nossas vidas compartilhando seus conhecimentos, durante os quatro anos deste curso.

Agradecimentos:

À minha família pelo apoio incondicional, em todas as horas.

Aos amigos e amigas pelo companheirismo e pela compreensão que demonstraram ao longo deste período.

Ao meu orientador, professor Delmo, que com paciência e bom humor me guiou através desta monografia.

## **Resumo**

Este trabalho de pesquisa visa analisar o período conhecido como ‘Regime Militar’ sob a ótica das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, a partir das ações dos chefes desses dois Estados.

Divido em três capítulos distintos, procura no primeiro analisar o período pós-Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos que levariam ao início da Guerra Fria e as ações perpetradas pelos diversos Estados que acabariam por criar a atmosfera necessária para a execução do Golpe de 64.

O segundo capítulo aborda os dez primeiros anos do regime e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, através das diretrizes impostas pelos seus mandatários. O terceiro capítulo aborda os dez últimos anos do regime militar e a conseqüente reabertura política no Brasil, enquanto para os Estados Unidos é apresentado o desfecho da Guerra Fria e a retomada do crescimento econômico após uma década de 70 bastante turbulenta.

## **Abstract**

This research seeks to analyze the historic period known as 'Military Regime' under the view of the relations between Brazil and the United States of America towards the actions of the chiefs of these two countries.

Divided in three distinct chapters, looks in the first one to analyze the period after second war and the aspects which would begin the Cold War and actions of the various States to create the atmosphere needed to execute the Coup of 64.

The second chapter aboard the first decade of the regime and the relations between Brazil and United States, through the directives perpetrated by its leaders. The third chapter aboard the last decade of the military regime and the consequent political reopening of Brazil, while in the United States is presented the ending of the Cold War and the retaken of the economic growth after a very turbulent 70's.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Guerra Fria e Contextualização .....</b>	<b>4</b>
1.1. A Conferência de Yalta .....	5
1.2. A Conferência de Potsdam .....	7
1.3. A Conferência de São Francisco .....	9
1.4. A Divisão do Mundo em Duas Partes .....	9
1.5. Vietnã .....	12
1.6. A Revolução Cubana .....	13
1.7. O Incidente na Baía dos Porcos .....	16
1.8. A Crise dos Mísseis de Cuba – 1962 .....	17
1.9. O Brasil e o Cenário para o Golpe Militar de 1964 .....	20
<b>2. O Endurecimento (1964-1974) .....</b>	<b>23</b>
2.1. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) .....	24
2.1.1. O Serviço Nacional de Informações – SNI .....	28
2.1.2. A Política Externa de Castelo Branco .....	30
2.2. Lyndon Baines Johnson (1963-1969) .....	32
2.2.1. O Governo Johnson e o Brasil em 1964 .....	34
2.3. Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969) .....	35
2.3.1. O Ato Institucional n. 5 e o ano de 1968 .....	36
2.4. Richard Milhous Nixon (1969-1974) .....	38
2.4.1. Watergate .....	39



2.5. General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) .....	40
2.5.1. A Política Externa de Médici .....	43
<b>3. A Abertura Política Lenta e Gradual (1974-1985) .....</b>	<b>45</b>
3.1. Gerald Rudolph Ford (1974-1977) .....	45
3.2. General Ernesto Geisel (1974-1979) .....	47
3.2.1. Aspectos da Política Externa no Governo Geisel .....	52
3.3. James Earl Carter (1977-1981) .....	54
3.3.1. O Relacionamento com o Brasil .....	56
3.4. General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) .....	58
3.4.1. O Governo Figueiredo e o longo caminho até a reabertura política .....	58
3.5. Ronald Wilson Reagan (1981-1985) .....	60
3.5.1. A política externa de Reagan para o Brasil e o mundo .....	61
3.6. Últimas palavras .....	64
<b>Conclusão .....</b>	<b>65</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>67</b>

## Introdução

O estudo da história no contexto das relações entre os diversos atores que compõem o cenário internacional é uma das várias ferramentas utilizadas para se compreender o posicionamento, diretrizes e modo de ação de um determinado país. Através de seu estudo, é possível identificar suas tendências, suas relações, os meios que este país utilizou para percorrer a estrada do desenvolvimento como nação, e o que precisa fazer para evitar cair nas mesmas armadilhas que o pegaram, no passado. Por isso a importância vital no estudo de todas as épocas da história.

O propósito deste estudo é tão somente pesquisar e identificar os rumos e os eventos que permearam as relações entre o Brasil e os Estados Unidos entre os anos de 1964 e 1985, período este que ficou registrado na história oficial brasileira como Ditadura Militar, ou Regime Militar. A nomenclatura depende exclusivamente do ponto de visto abordado.

O tema escolhido acabou coincidindo com o fim da letargia de se pesquisar o período histórico analisado, pois foi somente a partir de 2004, quando já se haviam passado quatro décadas do evento que retirou o país das vias democráticas, que vários seminários, livros, ensaios e textos correlacionados mostraram a disposição da sociedade brasileira em debater os eventos pregressos.

Dessa forma, o estudo foi dividido em três capítulos distintos, ao qual faremos um breve resumo. No primeiro capítulo, percorremos o cenário internacional e suas principais decorrências a partir do término da Segunda Guerra Mundial e sua conseqüente imposição de mudanças no sistema internacional, pois com a queda dos antigos poderes estatais e o surgimento de duas super-potências antagônicas em seus sistemas econômicos, o jogo político internacional ganhou uma nova roupagem, oferecendo a todos os jogadores a escolha, por vontade própria para alguns e contra sua vontade, para outros, de um time em oposição a outro: ou capitalismo *versus* comunismo. Percorremos, rapidamente, o processo de criação e implementação de uma nova organização internacional com poderes e atribuições que, teoricamente, deveria prezar pelo fim das agressões inter-estatais e trabalhar pela paz, entendimento e desenvolvimento mútuo para todas as nações. Vimos, ainda, que com os diversos Estados escolhendo, ou sendo forçosamente escolhidos, para jogarem em um dos dois times possíveis, acabou-se gerando um novo tipo de conflito não declarado. A Guerra Fria surgiu como uma modalidade inteiramente nova e aterrorizadora de conflito, pois o campo de batalha real fora substituído por embates nos campos ideológicos, políticos e da propaganda em massa que tornou-se possível a partir da expansão e modernização das

comunicações. Assim, quando um grupo de guerrilheiros barbudos tomou o poder das mãos de um ditador em uma ilha caribenha, a Guerra Fria pediu sem pedir consentimento, adentrou de fato na vida de todos os latino-americanos, mudando definitivamente a forma como o mundo passou a ser encarado por eles pelas próximas duas décadas. No Brasil não foi diferente. E por isso, encerrando o primeiro capítulo, discorreremos a respeito do Golpe de 64 e a derrubada do governo legalmente constituído.

A partir do segundo capítulo, entretanto, ao nos propormos em estudar com mais profundidade o relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos sob a égide dos governantes militares, descobrimos que o período, no Brasil, se confundiu com a personalidade de seus mandatários, ou de forma mais clara, que a personalidade do homem de Estado atuante, foi decisiva nas formulações e estratégias da política externa do país ao ponto de imprimir sua ‘marca pessoal’. Assim, estes dois capítulos são separados em linhas temporais de dez anos cada, abarcando os governos que transitaram entre 1964 e 1985, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos.

O segundo capítulo tratou dos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, no Brasil, e de Lyndon Johnson e Richard Nixon, nos Estados Unidos, indo de 1964 a 1974. Foram abordados os principais atos e posicionamentos de cada governante, como por exemplo, alguns dos pensamentos de Castelo Branco a respeito da infiltração comunista dentro do território nacional, o AI-5 promulgado no governo Costa e Silva, o intenso uso da propaganda e do *marketing* como ferramenta de apoio institucional a fim de legitimar o controle militar dentro do governo Médici e, pelo lado norte-americano, talvez sendo o ponto mais emblemático, devido a sua própria complexibilidade, o ‘Caso Watergate’, que derrubou Nixon, no começo da década de 70, o colocou na incômoda posição de ter sido o único presidente norte-americano a ter que renunciar. No mundo, o ano de 1968 seria único por ter comportado uma série de manifestações populares em diversos pontos do globo, atentando para uma nova era, com mais liberdades e mais direitos, para homens e mulheres.

O terceiro capítulo, seguindo a idéia proposta na execução deste estudo, abrange os governos de Gerald Ford, Jimmy Carter e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Geisel e Figueiredo, no Brasil, encerrando os últimos dez anos na linha temporal do ciclo de governos militares. Coube aos dois últimos presidentes-generais a missão de reabrir o país politicamente, fato este que não veio de forma pacífica. A manutenção do regime era impraticável e também indesejada pela ala moderada dos militares que governavam o país. Para ilustrar bem o que o regime já passava em meados da década de 70, Elio Gaspari comenta que:

No dia 15 de julho de 1975, o ex-presidente Juscelino Kubitschek almoçava no restaurante da diretoria do *Jornal do Brasil*. Pediram-lhe um prognóstico para a situação política, e ele respondeu: “A eleição do ano passado soltou o monstro. Tudo dependerá dele. Ele influenciará tudo. Ele está em todos os lugares”.

Para conferir a onipresença do “monstro”, curvou-se, olhando embaixo da mesa, como se o procurasse.

Quem é o monstro?

“A opinião pública”, disse JK.<sup>1</sup>

O Brasil saiu da fase ‘mágica’ do crescimento econômico sem limites para o caos que o fez amargar índices de inflação somente vistos nos países mais desgastados por agitações e conflitos internos, exigindo sua redemocratização.

Os Estados Unidos, de Ronald Reagan, veriam, finalmente, o fim da Guerra Fria com o simbolismo explícito no episódio da queda do Muro de Berlim, preparando o mundo e o sistema internacional de Estados para uma nova fase na história das relações internacionais.

---

<sup>1</sup> Elio Gaspari. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 13

## 1. Guerra Fria e Contextualização

Com o final da grande conflagração bélica conhecida como II Guerra Mundial, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ergueram-se no cenário internacional como as duas maiores forças, dando início a um novo período na história das relações internacionais.

Divididas por dois sistemas ideológicos e econômicos distintos e antagônicos, temos os Estados Unidos, liderando o chamado mundo livre ocidental, em franca oposição ao bloco socialista soviético, capitaneado pela União Soviética.

Assim, a política internacional nesse mundo pós-guerra nos é apresentado por Demétrio Magnoli com duas características que tornam o período único, distinguindo-se inteiramente dos demais períodos estudados nas relações internacionais, que foi a universalização na dinâmica das relações inter-estatais e a bipolarização e centralização do poder planetário nas figuras dos norte-americanos e dos soviéticos.<sup>2</sup>

A universalização dessas relações inter-estatais deu-se, principalmente, por conta da descolonização forçada de várias colônias em territórios da África e Ásia, pois devido à guerra, suas antigas metrópoles imperialistas européias não tiveram como mantê-las e estas aproveitando o momento de fragilidade das últimas acabaram por declarar sua independência política, num processo que atingiu seu ápice na década de 60. O aparecimento desses novos atores no cenário internacional ensejou a criação de uma diplomacia verdadeiramente mundial, refletida na própria criação da ONU.

Dessa forma, a bipolarização foi a resultante de um processo iniciado antes da eclosão da I Guerra Mundial, culminando com o término da II Grande Guerra, onde as antigas potências européias, como Grã-Bretanha e França, perderam seu poder e influência geopolítica com o inevitável surgimento de quatro potências com capacidade de substituí-las no papel de potências dominantes do cenário internacional: Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Japão. Os Estados Unidos e a União Soviética derrotaram a Alemanha e o Japão, elevando-se ambas como superpotências capazes de destruir não somente o sistema mundial de Estados, mas também o planeta como um todo, devido ao seu apocalíptico poderio bélico nuclear.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Demétrio Magnoli. *O mundo contemporâneo – relações internacionais 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996, p. 47

<sup>3</sup> *Idem*

Henry Kissinger, homem-chave da diplomacia norte-americana nos governos Richard Nixon e Gerald Ford, descreveu muito bem a essência do que era a Guerra a Fria:

A diplomacia contemporânea se desenvolve em circunstâncias sem precedentes. Raras vezes existiu base menor de entendimento entre as grandes potências, mas tampouco jamais foi tão coibido o uso da força.<sup>4</sup>

Essa foi a conclusão e a resposta natural ao sistema bipolar. Cada pólo tendo sob seu domínio dezenas de Estados, de forma direta ou indireta, e ambos lutando pela hegemonia no cenário global nos planos político, econômico e de propaganda, com toda essa disputa gerando uma força ideológica também única, onde norte-americanos e soviéticos criaram, por conta dessa mesma ideologia, uma situação de exclusão mútua e simultânea da paz e da guerra, além dos próprios temores da conflagração bélica direta, levando à simples aniquilação mútua, onde nas palavras de Magnoli “o mundo vivia um estranho período onde não havia paz, mas também não havia guerra. Havia apenas Guerra Fria.”<sup>5</sup>

Sobre as origens da Guerra Fria devemos lançar um rápido olhar sobre as três conferências que ocorreram durante e após a II Guerra Mundial: A Conferência de Yalta, a Conferência de Potsdam e a Conferência de São Francisco.

### **1.1. A Conferência de Yalta**

Em fevereiro de 1945 reuniram-se na Criméia soviética, na cidade de Yalta, os chamados Três Grandes, Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, para redesenhar o mapa geopolítico europeu após o conflito que se encerraria em poucos meses. Era a segunda vez que os três governos se reuniam em cúpula, pois o primeiro encontro diplomático deu-se em Teerã, capital do Irã, em dezembro de 1943, ocasião ao qual foi formalizada a Aliança para combater os regimes do Eixo e, para os mais otimistas, aquele primeiro contato representava um sinal de boa vontade entre capitalistas e soviéticos a respeito de suas diferenças ideológicas.<sup>6</sup> Mas com o avanço das tropas aliadas na guerra, foi decidido que uma nova conferência de cúpula deveria ocorrer para acertar os detalhes da ofensiva final contra a Alemanha e uma possível ajuda soviética aos norte-americanos no teatro do Pacífico, contra o Japão.

---

<sup>4</sup> *Idem*

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 48

<sup>6</sup> José Augusto Dias Junior e Rafael Roubicek. *Guerra Fria: a era do medo*. São Paulo: Atica, 1996, p. 6

A pauta da Conferência de Yalta acabou girando em torno da questão das fronteiras soviéticas e ao que seria feito dos países libertados do jugo nazista na parte oriental do continente europeu, onde Stálin, sem perder muito tempo, mandara o Exército Vermelho ocupar o lugar das tropas alemãs rendidas. Tal atitude concedeu à Moscou uma posição bastante vantajosa, pois o posicionamento de suas tropas conferiram-lhe, além da recuperação de todo o território que a Rússia czarista possuía antes de 1914, também a consolidação de seu poder na Europa Central e Oriental.

Churchill e Roosevelt tiveram alguns desentendimentos com Stálin a respeito de alguns tópicos, e como exemplo, podemos citar o desejo de Stálin em cobrar da Alemanha um pesado ressarcimento aos Aliados, na ordem de US\$ 20 bilhões, cabendo à União Soviética a metade desse montante, por ter sido o país mais atingido e prejudicado pela guerra. Logicamente Churchill se opôs a esta idéia, lembrando a todos que fora esse mesmo tipo de punição executada pelo Tratado de Versalhes que arrasara a economia alemã e que acabara por propiciar a atmosfera política favorável ao surgimento de líderes totalitários da estirpe de Adolf Hitler.<sup>7</sup>

Outra polêmica levantada por Stálin estava relacionada ao destino da Polônia, já que mal os nazistas haviam sido rendidos na região, os soviéticos empossaram líderes simpáticos ao regime comunista no governo da Polônia, regime este que ficou conhecido como “Governo de Lublin”, tendo à frente Boleslaw Bierut e Wladyslaw Gamulka. Apoiado por Roosevelt, Churchill contestou a decisão de Stálin de empossar um governo comunista na Polônia, argumentando que fora pela invasão covarde daquele país que a Grã-Bretanha havia declarado guerra à Alemanha Nazista, ao que Stálin replicou que a Polônia havia sido libertada com sangue soviético, e não britânico. Nesse ponto ficou evidente que por de trás dos discursos inflamados não havia nada mais do que o antigo costume de que cabe somente ao vencedor de qualquer guerra decidir o destino dos territórios por ele conquistados. No entanto, Stálin acabou retrocedendo, sendo que a Polônia teve eleições livres dentro de um mês a partir daquela data.<sup>8</sup>

Outras questões pertinentes à Conferência de Yalta focaram em torno do destino dos territórios recuperados das mãos dos nazistas, a formação de governos provisórios, a realização de eleições livres e a partir disso, a implementação de instituições democráticas permanentes.

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 8

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 9

Yalta consagrou a conciliação dos vencedores da guerra e, sua declaração exprimiu tamanha esperança, que dizia-se que o ‘espírito de Yalta’ estava trazendo uma era de paz e prosperidade para o combalido continente europeu.<sup>9</sup>

## 1.2. A Conferência de Potsdam

Potsdam é um velho castelo no subúrbio de Berlim e lá foi realizado em julho de 1945 o terceiro encontro dos Três Grandes e nesta conferência ficou claro que o tal ‘espírito de Yalta’ não sobreviveria.

Harry Truman, que fora o vice-presidente de Franklin Roosevelt o substituíra na conferência e no cargo devido ao falecimento de Roosevelt, foi à conferência com um trunfo que, segundo ele, colocaria a balança das negociações com os soviéticos a favor dos norte-americanos novamente. No dia 16 de julho, apenas um dia após a chegada de Truman à Potsdam, fora realizado com sucesso o primeiro teste de um artefato nuclear da história, no deserto de Los Alamos, no recanto mais isolado do estado do Novo México.<sup>10</sup>

Dias depois, o coordenador do Projeto Manhattan, general Leslie Groves, enviava um relatório detalhado sobre a experiência ao Presidente Truman, e suas palavras no relatório não escondiam seu entusiasmo:

O efeito [da explosão] bem poderia ser chamado de inaudito, magnífico, maravilhoso, estupendo e terrível. Nunca antes um fenômeno provocado pelo homem revelou força tão tremenda. [...] Palavras são instrumentos inadequados para descrever aos que não estavam presentes os efeitos físicos, mentais e psicológicos. É algo que precisa ser visto para ser compreendido.<sup>11</sup>

No relatório enviado a Truman fora especificada a potência do artefato detonado nos céus do Novo México, e a potência era equivalente a 18 mil toneladas de TNT, uma capacidade destrutiva assaz assombrosa até mesmo para os mais experientes militares do Estado Maior de Truman. E era isso mesmo que ele desejava ouvir.

Outro fato que ficou evidente durante a conferência era que ela não comportava mais três grandes, e sim, dois. A Grã-Bretanha, completamente abalada militar e economicamente só conseguia atrair atenção devido à brilhante oratória de seu premier, Winston Churchill, e

---

<sup>9</sup> Demétrio Magnoli, *op. cit.*, p. 49

<sup>10</sup> José Augusto Dias Junior e Rafael Roubicek, *op. cit.*, p. 12

<sup>11</sup> *Idem*



mesmo isso não duraria, pois logo após o início dos trabalhos da conferência, ele recebeu a notícia de que seu partido Conservador havia perdido as eleições na Inglaterra, pois fora substituído por Clement Attlee.

Potsdam revelou que a aliança chegaria a seu termo com a guerra, e que a batalha ideológica que substituiria a antiga aliança persistiria até que um dos dois lados prevaleça, deixando ao outro nada mais que a rendição completa.

O efeito intimidador que Truman planejava incutir nos soviéticos com o anúncio de sua mais nova e terrível aquisição bélica não surtiu o efeito desejado. Na verdade, não surtira efeito algum, chegando ao oposto do pretendido, pois Stálin passou a insistir obstinadamente em suas posições, não removendo suas tropas do Leste Europeu, fazendo com que os norte-americanos não acatassem, também, o desejo de Stálin ver uma nova fronteira ocidental para o território polonês, que é formada pela junção dos rios Óder e Neisse, sendo mais tarde conhecida como Linha Óder-Neisse.

O motivo pelo qual Stálin não esboçou surpresa e, muito menos, temor, com a descoberta e uso eficaz de armas nucleares advindo de Truman era simplesmente por que o efficientíssimo serviço de espionagem soviético estava a parte do desenvolvimento e implementação do Projeto Manhattan, assim como do seu sucesso, mantendo Stálin atualizado sobre a questão, e como era de se esperar, os soviéticos já estavam desenvolvendo seu próprio programa nuclear, fato que Truman nem suspeitava.<sup>12</sup>

Mas mesmo em sua intransigência, Stálin acabou recuando quando a pauta discutida passou para o destino de Berlim. Moscou recuou suas forças, deixando a parte oeste da capital alemã, para então, a cidade ser dividida em três setores distintos: a parte oriental sob influência e controle dos soviéticos e o lado ocidental dividido ao meio para as forças anglo-americanas. Passado alguns dias, conversações diplomáticas no lado ocidental acabaram por brindar a França com o controle de um terço da parte ocidental da cidade.

A decisão da reunificação do território alemão acabou sendo postergada, criando-se uma “Kommandatura”<sup>13</sup> paritária encarregada de administrar Berlim, e diretamente subordinada ao Conselho Aliado.

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 14

<sup>13</sup> A Kommandatura aliada era o corpo dos quatro poderes (britânico, norte-americano, francês e soviético) estabelecido pelos aliados no final da Segunda Guerra para conduzir a administração de Berlim, em cumprimento ao acordo assinado na Conferência de Potsdam entre julho e agosto de 1945. Retirado de <http://www.nationalarchives.gov.uk/catalogue/displaycataloguedetails.asp?CATLN=3&CATID=59777&FullDetails=True&Gsm=2007-07-10&j=1> em 23/05/2008.

### 1.3. A Conferência de São Francisco

Último suspiro do ‘espírito de Yalta’, a Conferência de São Francisco reuniu cinquenta Estados soberanos entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945 para fundarem uma nova Organização em substituição à velha Liga das Nações. Nascia a ONU e nos primeiros 111 artigos de sua Carta definiram-se as principais atribuições e finalidades da nova organização internacional: Defesa da paz mundial, defesa dos direitos do homem, igualdade de direito para todos os povos e melhoria do nível de vida em todo o mundo.

É definido, também, os dois principais órgãos deliberativos da organização. A Assembléia Geral e o Conselho de Segurança. Fica decidido, então, que a AG terá reuniões anuais, com participação de todos os Estados-membros e cada um desses membros com direito a um voto, com processo decisório decidido por maioria de dois terços. Já o CS será formado pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e China, sendo estes cinco Estados membros em caráter permanente e com direito a poder de veto nos processos decisórios e mais dez países,<sup>14</sup> eleitos pela AG para um exercício de dois anos e, fechando em quinze o número de representantes no CS.

Com o nascimento da ONU, várias agências especializadas foram criadas, dando forma ao que conhecemos hoje como Sistema ONU, tais quais a FAO e a UNESCO.<sup>15</sup>

### 1.4. A Divisão do Mundo em Duas Partes

Há duas prováveis datas de nascimento da Guerra Fria. Para José Augusto Dias Júnior e Rafael Roubicek<sup>16</sup>, têm início em 6 de agosto de 1945 com a demonstração do poderio bélico norte-americano com o extermínio quase instantâneo de 78 mil civis residentes da cidade portuária japonesa de Hiroshima, sendo, portanto, um claro aviso de Washington para o já inimigo vermelho de que estariam mais do que dispostos em empregar tal poder destrutivo caso suas principais diretrizes e objetivos fossem negados, ou mesmo, postos em risco.

Já para Demétrio Magnoli, seu início se dá quase dois anos mais tarde, em fevereiro de 1947, com o lançamento da Doutrina Truman, que era um pacote de formulações geopolíticas de grande amplitude para coibir e, com isso, evitar o avanço soviético no mundo. Isso se deu

<sup>14</sup> Os primeiros 6 países selecionados para o assento temporário no CS, em 1946, foram: Austrália, Brasil, Egito, México, Países Baixos e Polônia

<sup>15</sup> Demétrio Magnoli, *op. cit.*, p. 51

<sup>16</sup> José Augusto Dias Junior e Rafael Roubicek, *op. cit.*, p. 14

quando Londres, incapaz de continuar dando suporte financeiro e militar à Grécia e à Turquia, comunicou ao governo de Washington que teria de parar de fazê-lo, deixando-os à mercê da influência soviética. Harry Truman, então, dirigindo-se ao Congresso norte-americano, proferiu o discurso transcrito abaixo, revelando aos Estados Unidos e ao mundo a doutrina que fora planejada para conter os soviéticos e que também continha o seu nome:

No presente momento, praticamente todas as nações devem escolher entre formas de vida alternativa. Muito freqüentemente essa escolha não é livre. Uma forma de vida é baseada na vontade da maioria e distingue-se por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias à liberdade individual, liberdade de expressão e eleição, e ausência de opressão política. Uma segunda forma de vida é baseada na vontade de uma minoria, imposta pela força à maioria. Recorre ao terror e à opressão, a um rádio e a uma imprensa controlados, a eleições decididas de antemão e à supressão das liberdades pessoais. Creio que os Estados Unidos devem apoiar os povos livres que resistem à tentativa de servidão por minorias armadas ou a pressões externas.

Creio que devemos ajudar os povos livres a forjar seus destinos com suas próprias mãos. [...]

Os povos livres do mundo olham para nós, esperando apoio na manutenção da liberdade. Se fracassarmos na nossa missão de liderança, talvez ponhamos em perigo a paz e o mundo – e certamente poremos em perigo a segurança da nossa própria nação.<sup>17</sup>

Baseada na noção operacional de contenção e desenvolvida pelo conselheiro norte-americano George Frost Kennan, que na ocasião estava lotado na embaixada dos Estados Unidos em Moscou, partia da premissa simples de que a União Soviética por ser uma força antagônica e expansionista era inconciliável por si só e seu avanço só poderia ser detido mediante a “hábil e vigilante aplicação de uma contra-força em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondentes às mudanças e manobras da política soviética.”<sup>18</sup> Em essência, a Doutrina Truman era uma versão global para a antiga Doutrina Monroe para o continente americano.

Muito provavelmente o nascimento da Doutrina Truman esteja diretamente relacionado ao discurso que Winston Churchill, ex-Primeiro Ministro britânico, proferiu em Fulton, no estado do Missouri, Estados Unidos, em março de 1946 e que é tido como o primeiro discurso ao público mencionando a existência de uma guerra fria entre os blocos

---

<sup>17</sup> Demétrio Magnoli, *op. cit.*, p. 52

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 53

capitalista e comunista e tal discurso se tornaria famoso, também, por atacar diretamente a União Soviética, criticando seu domínio sobre o Leste Europeu:

Uma sombra se abateu sobre o cenário até há pouco iluminado pelas vitórias aliadas. Ninguém sabe o que a Rússia soviética e sua organização comunista pretendem fazer no futuro imediato, ou quais são os limites – se é que eles existem – para suas tendências expansionistas e proselitistas. [...] De Sttetin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dela estão todas as capitais dos antigos países da Europa central e do leste europeu [...]. Não importa que conclusões possamos tirar desses fatos – e fatos eles são –, esta certamente não é a Europa livre que lutamos para construir: Tampouco é uma situação capaz de proporcionar uma paz duradoura.<sup>19</sup>

O efeito imediato da Doutrina Truman se dá em junho de 1947, quando o Secretário de Estado norte-americano, George Marshall, coloca em pauta as idéias de seu plano de reerguimento e reconstrução da economia européia: 17 Bilhões de dólares destinados a dezesseis países europeus (com maiores somas para Inglaterra, França, Itália e Alemanha Ocidental), incluindo, também, a União Soviética com uma contínua transferência de capital, suprimentos e materiais a juros irrisórios.

Dessa forma os Estados Unidos cristalizariam sua presença na Europa, garantindo um mercado próprio e a um só tempo também acabariam com a zona de exclusão na parte oriental do continente, mas tal não ocorreu por que os soviéticos não apenas declinaram do plano de ajuda norte-americana como, já em abril de 1948 abandonaram a mesa de negociações, sepultando assim as pretensões norte-americanas nessa questão.<sup>20</sup>

Em sua luta ideológica e sistêmica contra o bloco comunista, os Estados Unidos formularam uma série de teorias para assegurar que nenhum estado sob sua influência geopolítica viesse a cair nas mãos da União Soviética e, por conta disso, acabaram por sofrer uma de suas maiores derrotas militares no século XX.

---

<sup>19</sup> José Augusto Dias Júnior e Rafael Roubicek, *op. cit.*, p. 15

<sup>20</sup> Demétrio Magnoli, *op. cit.*, p. 53

### 1.5. Vietnã

O Vietnã havia a pouco se libertado da ocupação colonial francesa e estava caminhando para um governo independente, onde a Convenção de Genebra lhes garantira um processo eleitoral livre. No entanto, diplomatas norte-americanos lotados no país sabiam que, caso houvesse eleições livres, os comunistas teriam 90% de chance de vitória nas urnas graças a popularidade de Ho Chi Minh, um patriota que havia combatido franceses e japoneses à frente da resistência vietnamita pela sua independência.

No entanto, o temor de Washington não recaía apenas na possibilidade do Vietnã passar para a área de influência comunista, outrossim, que tal evento desencadeasse um efeito dominó, levando os demais Estados do sudeste asiático a seguir o insubordinado país vietnamita, fazendo com que a presença e o poderio norte-americano na região fosse ameaçado e, por fim, desaparecesse. John Lewis Gaddis discorre sobre o uso da força como instrumento para assegurar aos Estados Unidos o bom andamento de seus planos e suas diretrizes.<sup>21</sup> Há vários casos onde tal estratégia foi posta em prática, tais quais as que ocorreram na Grécia, Turquia, Berlim, Líbano e em Cuba, mas o caso do Vietnã torna-se único por representar um caso onde tal política acabou por tomar proporções maiores do que as previstas, desembocando em conflito armado que durou de 1964 a 30 de abril de 1975, ou seja, 11 anos de conflito direto e intermitente. Mas por que o Vietnã é considerado tão importante para a balança de poder entre capitalistas e comunistas? Gaddis reporta que

Walt Rostow havia alertado em seu relatório BSNP de 1962 que “grandes perdas de território ou recursos tornariam difícil para os Estados Unidos criar o tipo de ambiente mundial que deseja, gerando sensações de derrotismo entre os governos e povos no mundo não-comunista, ou dar margem à frustrações em ambiente doméstico.”<sup>22</sup>

Assim, quando o governo norte-americano era pressionado a respeito do “por que” a perda de um país tão pequeno e distante produziria efeitos tão terríveis, Washington respondia que se suas obrigações com a OTAS não fossem honradas, acabaria por suscitar dúvidas a respeito dos demais compromissos de Washington ao redor do globo, pois “a integridade dos compromissos dos Estados Unidos são o principal pilar da paz no mundo”, escreveria Rusk

---

<sup>21</sup> Robert J. Art e Kenneth Waltz. *The Use of Force: military power and international politics*. 6ª edição. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers. p. 223

<sup>22</sup> *Idem*

em 1965 e “se esse comprometimento se tornar duvidoso, o mundo comunista tirará conclusões que irão nos levar à ruína e certamente à uma guerra catastrófica.”<sup>23</sup>

Dessa forma, encontramos o paralelo para todas as políticas e estratégias norte-americanas durante o período da *détente* para explicar sua ação nos diversos países que formavam sua base e seu protetorado capitalista.

E, assim, Washington colocaria como objetivo primário a manutenção de sua influência em tais protetorados, mesmo que para isso eles tivessem que derrubar governos, entrar em guerra e tomar outras medidas similares de contenção e preservação de sua imagem.

## 1.6. A Revolução Cubana

*Os bordéis florescem. A maioria das indústrias crescem ao redor deles. Os funcionários do governo recebem gorjetas enquanto a polícia coleta o dinheiro da proteção. Prostitutas podem ser vistas nas esquinas, vagando pelas ruas ou inclinando-se das janelas. Um relatório estima que 11.500 delas atuam em Havana. Para além dos subúrbios da capital, afastado das máquinas de jogar, encontra-se um dos mais pobres e mais belos países do Mundo Ocidental.*

David Detzer, visitando Havana em 1950

A Guerra Fria chega ao continente americano em meados da década de 50 com o movimento revolucionário bem-sucedido cubano, liderado por Fidel Castro. Cuba amargava um governo ditatorial sob o comando de Fulgêncio Batista, que havia chegado ao poder pela primeira vez em quatro de janeiro de 1933, num golpe conhecido como ‘Revolta dos Sargentos’, onde conseguiu o apoio necessário (principalmente dos Estados Unidos) para governar até 1940. De 1940 a 1944 governou de forma oficial, ficando afastado do poder público até 1948 quando se elegeu senador. Em 1952 regressa ao poder máximo do país novamente através de um golpe de Estado, permanecendo no poder até 1959, quando é finalmente derrubado pelas forças revolucionárias de Fidel Castro.

O relacionamento Estados Unidos – Cuba data de 1898, quando o país lutou pela independência sob a liderança de José Martí, Cuba se viu livre da Espanha politicamente para cair no domínio norte-americano economicamente, já que sua principal *commoditie* (a cana-de-açúcar) era quase que totalmente comprada pelos Estados Unidos e justamente por conta disso, em 1901, foi oficializado o *status* neo-colonial de Cuba com a assinatura da Emenda Platt, por meio da qual os norte-americanos se reservavam o direito de instalar bases militares

---

<sup>23</sup> *Idem*

no país e de intervir militarmente toda vez que considerassem seus interesses ameaçados. Assim, a riqueza do país se concentrava nas mãos de empresas de capital norte-americano e uma pequena parcela de famílias cubanas com forte ascendência social e hierárquica, tornando a Ilha numa espécie de quintal para os norte-americanos, já que Cuba ficava a cerca de 100 quilômetros de distância de Miami, e ao mesmo tempo uma espécie de parque de diversões para a elite norte-americana que, vendo-se livre das leis que os prendiam em sua terra natal, aproveitavam o mal estruturado país-ilha para praticarem os mais diversos tipos de atividades ilícitas, tais quais prostituição, comércio de psicotrópicos e jogos de azar. Enquanto isso, milhares de camponeses viviam com pouca alimentação, sem emprego fixo e vivendo em casebres da pior monta.

Em 1952, quando Batista chegou ao poder novamente através de outro golpe de estado, setores da sociedade civil como o movimento operário e entidades estudantis uniram-se para tentar derruba-lo, tentando tomar os quartéis de Moncada e Carlos Manuel de Céspedes em 26 de julho de 1953, mas o movimento fracassou resultando na morte de diversos estudantes e na prisão de outros tantos, dentre os quais o recém-formado advogado pela Universidade de Havana Fidel Alejandro Castro Ruz. Dois anos e várias outras tentativas de movimentos revolucionários depois, Fidel foi libertado e exilado no México, onde aproveitando uma extensa rede de contatos e fatores determinantes para a criação de uma guerrilha, Fidel juntamente com Camilo Cienfuegos e Ernesto “Che” Guevara fundam o M-26-7 (Movimento Revolucionário 26 de Julho) contando com o apoio de várias casas de apoio e diversos representantes em Cuba, Guatemala e até mesmo nos Estados Unidos.

Em 1959 Batista se vê obrigado a fugir do país e, o vitorioso movimento revolucionário de Fidel anuncia algumas das medidas do novo regime, colocando em prática aquilo que havia prometido fazer pelo povo cubano e, dentre essas medidas podemos destacar: a reforma agrária, onde mais de 200 mil famílias receberam terras para o plantio; a redução de 50% nos preços de aluguéis de imóveis, 25% no de livros escolares e 3% nas tarifas de eletricidade; e a nacionalização de usinas, indústrias e refinarias.

Como reação a essa última medida, os Estados Unidos pararam de comprar o açúcar cubano, fazendo com que Fidel precisasse recorrer ao bloco soviético para não ter a economia de seu país paralisada. Seguido desse ato, os Estados Unidos rompem definitivamente seus laços diplomáticos com Cuba em janeiro de 1961.

Respaldados, então, pelo conjunto de medidas de sua Doutrina de Segurança Nacional, os Estados Unidos encararam que a revolução que se dera em Cuba havia sido um movimento amplamente incentivado e patrocinado pelas forças de Moscou com o intuito de dominar

politicamente a América Latina, região esta historicamente acoplada à área de influência norte-americana e, a partir disso, a administração de John F. Kennedy adotou duas políticas para conter o que eles consideravam um vírus que poderia vir a contaminar ideologicamente os latino-americanos: a primeira delas foi o lançamento da Aliança para o Progresso<sup>24</sup>, que estimularia e fomentaria o crescimento econômico na região através de uma série de reformas infra-estruturais nos diversos países latinos e a segunda e mais importante no campo estratégico era a Doutrina da Contra-Insurgência, que ficaria responsável pela criação de mecanismos de repressão e combate a movimentos guerrilheiros pelos exércitos nacionais com o amparo e supervisão de instrutores militares cedidos pelas Forças Armadas norte-americanas. Como medida efetiva dessa nova Doutrina, foi inaugurada no Panamá a Escola das Américas, que era um centro de instrução tanto militar quanto ideológica e que teve como alunos grande parte das futuras lideranças militares do continente. Um levantamento feito posteriormente indicou que dos 500 alto-oficiais que lá cursaram, pelo menos 380 deles tiveram participação direta e efetiva em funções de chefia nos diversos regimes militares que surgiram no sub-continente americano nos anos posteriores à Revolução Cubana, fato que acabou alcunhando a Escola das Américas como a ‘Escola dos Ditadores’. A Revolução Cubana foi um grande divisor de águas, onde antes se treinavam soldados para a guerra convencional, acabou tendo que ser modificada para compreender os métodos de guerrilha e combate na selva, tudo graças ao sucesso dos revolucionários barbudos comandados por Fidel.

Nas palavras de Moniz Bandeira, pode-se dizer que:

A revolução cubana foi o fato político mais poderoso e o que maior impacto causou na América Latina, ao longo do século XX, não por causa do seu caráter heróico e romântico ou porque o regime implantado por Fidel Castro evoluiu posteriormente para o comunismo, mas porque ela exprimiu dramaticamente as contradições não resolvidas entre os Estados Unidos e os demais países da região. Não foram os comunistas que promoveram a revolução cubana, no contexto da Guerra Fria. Conquanto alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, em pequena medida, acolhessem idéias marxistas, eles não pertenciam a nenhum partido comunista e não era inevitável que a revolução cubana se

---

<sup>24</sup> Na verdade, a Aliança para o Progresso foi uma resposta à OPA, idéia do presidente Juscelino Kubitschek para o desenvolvimento econômico e social da América Latina, no entanto, ela também pode ser considerada uma medida preventiva para a manutenção da ordem e da imagem norte-americana para com a parte latina do continente.



desenvolvesse a tal ponto de identificar-se com a doutrina comunista e instituisse a sua forma de governo. Com razão, o historiador Thomas Skidmore, da Brown University, apontou Cuba como “um estudo clássico do fenômeno nacionalista”, acrescentando que o povo podia ver o caráter autoritário do regime, mas “o real apelo do regime de Castro era o nacionalismo”. Com efeito, a revolução cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e a implantação de um regime segundo o modelo dos países do Leste Europeu resultou de uma contingência histórica, não de uma política empreendida pela União Soviética, mas, sim, empreendida pelos Estados Unidos que, sem respeitar os princípios da soberania nacional e autodeterminação dos povos, não aceitaram os atos da revolução, como a reforma agrária, e transformaram contradições de interesses nacionais em um problema do conflito Leste-Oeste.<sup>25</sup>

Não bastou aos Estados Unidos apenas o fomento de políticas contra-ideológicas para manter a América Latina ‘saneada’ contra o vírus comunista, tanto que em 1961 eles apelariam para as armas para tentar depor o regime recém instalado de Fidel Castro.

### **1.7. O Incidente na Baía dos Porcos**

Em 16 de abril de 1961 Fidel Castro alertado previamente por “Che” Guevara a respeito de uma provável ação militar perpetrada pelos norte-americanos, discursa declarando, pela primeira vez, o caráter socialista da revolução cubana. No dia imediato, em 17 de abril, a Ilha de Cuba foi invadida através da praia de Gíron, na Baía dos Porcos, por 1297 contra-revolucionários simpatizantes do regime de Batista. Esses homens foram treinados e armados em Miami pela CIA, a mando de Washington para derrubar o governo cubano e assassinar Fidel Castro. Assim, sob a alcunha de Operação Magusto, os dissidentes cubanos foram rechaçados pelas forças governamentais cubanas após 72 horas de combate. No dia 18 de abril, o Premier soviético Nikita Krushev endereçou uma violenta e enérgica missiva ao colega norte-americano, John Kennedy, incitando-o a interromper os ataques à Cuba afim de que se evitasse uma conflagração generalizada:

Moscou, 18 de abril de 1961, 14h00 (06h00 em Washington)

Senhor Presidente, estou enviando-lhe esta carta numa hora de alarme, assustado com o perigo da paz em todo o mundo. Uma agressão armada teve início contra Cuba. Não

<sup>25</sup> Retirado de <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/03/414650.shtml> em 30/04/2008

é segredo para ninguém que os bandos armados invadindo aquele país foram treinados, equipados e armados nos Estados Unidos da América. Os aviões que estão bombardeando as cidades cubanas pertencem aos Estados Unidos da América, as bombas que estão lançando foram fornecidas pelo Governo Americano.

Tudo isso desperta aqui na União Soviética um compreensível sentimento de indignação por parte do Governo Soviético e do povo soviético.

Suas declarações, feitas há poucos dias atrás, de que os EUA não participariam de atividades militares contra Cuba criaram a impressão que os principais líderes dos Estados Unidos estavam levando em consideração as conseqüências para a paz geral, e para os próprios EUA, que uma agressão contra Cuba poderia representar. Como pode o que está sendo feito pelos Estados Unidos ser compreendido, quando um ataque contra Cuba agora se tornou um fato ?

Ainda não é tarde demais para evitar o irreparável. O Governo dos EUA ainda tem a possibilidade de não deixar a chama da guerra, iniciada pelas intervenções em Cuba, se tornar uma conflagração incomparável. Sr. Presidente, dirijo-me a V. Exci<sup>a</sup> um urgente apelo para que ponha um fim à agressão contra a República de Cuba. Os armamentos militares e a situação política mundial hoje em dia é tal que qualquer uma das assim chamadas "pequenas guerras" pode deflagrar uma reação em cadeia em todas as partes do mundo.

No que concerne à União Soviética não deve haver engano sobre nossa posição: Nós forneceremos ao povo cubano e a seu governo todo o apoio necessário para repelir o ataque armado a Cuba (...)

(...)Espero que o governo dos EUA vá considerar nossas posições, ditadas pela única preocupação de não permitir passos que possam conduzir o mundo a uma catástrofe militar.

(Ass.) Nikita Krushev<sup>26</sup>

Cerca de um ano após a malfada tentativa de deposição do governo Castro, Estados Unidos e Cuba seriam, novamente, protagonistas numa nova – e mais grave – contenda internacional, dessa vez com a participação direta da União Soviética.

## 1.8. A Crise dos Mísseis de Cuba – 1962

Entre os dias 16 e 28 de outubro de 1962 o mundo se viu a beira de uma guerra nuclear, no que foi a primeira confrontação direta entre Estados Unidos e União Soviética,

---

<sup>26</sup>Retirado de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ba%C3%ADa\\_dos\\_porcos#cite\\_note-MAGUSTO-0](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ba%C3%ADa_dos_porcos#cite_note-MAGUSTO-0) em 01/05/2008

com a decisão de Moscou de instalar, secretamente em Cuba, mísseis nucleares de médio e curto alcance.<sup>27</sup>

No dia 14 de outubro, um avião-espia U-2 sobrevoou a ilha caribenha tirando uma série de fotografias revelando que na província de São Cristóbal, no extremo sul do país, estavam sendo montados silos de lançamento de mísseis. Já no dia 16, John F. Kennedy, o presidente norte-americano à época, convocou à Casa Branca seus principais assessores, mostrando-lhes tais fotos e, no mesmo dia, criou um comitê especial para lidar com a presente situação, nomeado Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional (ExCom), que logo passou a ser chamado de ‘Conselho de Guerra’, formado por dezenove integrantes da alta cúpula civil e militar do governo.

Com a ilha sendo constantemente observada, novos vôos de reconhecimento executadas por U-2, jatos subsônicos de grande altitude e por RF-101, que eram supersônicos de baixa altitude acabaram por detectar mais rampas de lançamento de foguetes ofensivos e também *bunkers* de armazenamento de ogivas nucleares nas regiões de Guanajav, Sagua la Grande e Remedios, que somados aos silos já detectados em São Cristóbal perfaziam um total de vinte e quatro plataformas para mísseis intermediários e dezesseis para projéteis de curto alcance, permitindo o disparo de 42 foguetes de médio alcance, à época a capacidade em distância oscilava entre 3.500 e 4.800 quilômetros de distância, e 22 foguetes de curto alcance, que atingiam até 1.800 quilômetros, em outras palavras, toda a costa leste dos Estados Unidos e praticamente todas as suas grandes cidades, incluindo a capital Washington D.C e Nova Iorque, estavam no espectro de alcance de tais mísseis.

Mediante tal cenário, os oficiais do Pentágono propuseram um plano de ataque surpresa contra essas bases para o domingo, dia 21 de outubro. Kennedy acabou por reunir-se com o chanceler soviético, Andrei Gromiko, por trinta minutos, no dia 18. Gromiko assegurou a Kennedy que a política de Moscou para Cuba era apenas de armá-la defensivamente. Kennedy não revelou seu conhecimento sobre a existência das plataformas de lançamento. Já nesse dia fica patente que algo estranho estava acontecendo em Washington e com os boatos crescendo vertiginosamente, o presidente Kennedy manteve sua agenda normal, viajando para Chicago no dia para as campanhas da renovação parcial do Congresso, que se daria em novembro, mas acabou retornando à Washington no mesmo dia alegando que estava fortemente gripado, findava o sábado, dia 20 de outubro. Enquanto isso, as missões de reconhecimento executadas pela Força Aérea norte-americana intensificaram sua vigilância

---

<sup>27</sup> Demétrio Magnoli, *op. cit.*, p. 66

sobre a Ilha e, acabaram sendo detectados pelos militares soviéticos, que por sua vez abateriam um dos U-2 norte-americanos no dia 27, mas também relatariam à ExCom que os trabalhos para conclusão das bases operativas de mísseis haviam se intensificado e agora corriam em ritmo acelerado.

No domingo, o ‘Conselho de Guerra’ reuniu-se e, através de uma votação ao qual o presidente Kennedy e seu irmão, Robert Kennedy, que era o Ministro da Justiça e coordenador do ExCom, abstiveram-se, ficou decidido por 11 votos a 6 pelo bloqueio naval a qualquer embarcação que tentasse aportar em Cuba em detrimento de um ataque aéreo ou invasão, como queria o Pentágono e a linha dura dos militares de Kennedy. No dia 22 o presidente levou à nação em discurso por rádio e TV a notícia do confronto com a União Soviética e no dia 24 Cuba já estava encurralada pela Marinha norte-americana, forçando os cargueiros soviéticos que traziam material estratégico a ficar em círculos pelo Atlântico... Apenas a um petroleiro foi concedida permissão para chegar à Ilha.<sup>28</sup>

John Kennedy e Nikita Krushev durante esse período trocavam mensagens diárias via telex, daí o porquê do surgimento do famoso “telefone vermelho”, que conectava diretamente a Casa Branca e o Kremlin, e tais conversações e mensagens acabaram por fazer Krushev recuar, ordenando a total retirada dos mísseis através de um acordo implícito onde os Estados Unidos garantiriam não invadir Cuba. Robert Kennedy escreveu um relato detalhado dos acontecimentos daquele mês de 1962 em seu livro *Thirteen Days – A memoir of the Cuban missile crisis*, publicado em 68, onde revela que o ponto crítico da crise ocorreu na noite do dia 26 para o dia 27, onde por um erro do Ministério do Exterior soviético, fora invertida a ordem das últimas duas mensagens de Krushev ao ultimato norte-americano de atacar Cuba em 48 horas caso as bases não fossem imediatamente desmanteladas. Em lugar da última mensagem, chegara a penúltima mensagem, na qual a União Soviética exigia, em contrapartida, a retirada dos mísseis Júpiter da Turquia, então, agindo rapidamente, Bob Kennedy sugerira ao ExCom que ignorasse esta mensagem e com o apoio do embaixador soviético em Washington, Anatoly Dobrynin, elucidando esse erro de uma vez por todas. Ao anoitecer, chegou pelo telex a resposta definitiva de Krushev encerrando a reunião do ‘Conselho de Guerra’ e, pondo fim à Crise dos Mísseis. Hoje sabe-se que à época, Washington possuía enorme vantagem estratégica sobre Moscou (cerca de 5.000 mísseis balísticos intercontinentais norte-americanos contra 300 soviéticos), segundo revelação do Secretário de Defesa norte-americano na administração Kennedy, Robert McNamara. E,

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 67

segundo Dean Rusk, o Secretário de Estado, John Kennedy tinha pronta uma mensagem para ser enviada ao secretário-geral da ONU, U Thant, concordando com a retirada dos mísseis Júpiter, instalados na Turquia. Em todo o caso, os mísseis Júpiter foram retirados em 1963 por já estarem obsoletos.<sup>29</sup>

### **1.9. O Brasil e o Cenário para o Golpe Militar de 1964**

Entrando no contexto brasileiro que nos levou a uma situação política autoritária, devemos nos reportar aos eventos e personagens internos que propiciaram o cenário para o Golpe.

Jânio Quadros e João Goulart eram antípodas políticos que, ou por um senso raro de ironia do destino ou por uma completa falta de sorte, foram postos como presidente e vice-presidente do país nas eleições de 1960. Jânio Quadros durou pouco tempo no poder, cerca de 7 meses, e nesse curto período agiu de forma ousada, independente, agradando a gregos e troianos. Eleito pelo partido UDN, claro representante da elite brasileira, Jânio Quadros foi um presidente que, no plano interno agiu conforme as elites gostariam e, no externo, agiu com uma diplomacia que não excluía nem mesmo os países do bloco soviético, e por isso, acabou adotando uma linha que preocupava Washington e ao mesmo tempo firmava no governo o seu estilo único como político. Devido a enormes pressões que sofreu, planejou renunciar numa tentativa de reforçar seu poder político, acreditando que o povo brasileiro exigiria sua volta, para então, poder governar com amplos poderes, no entanto, sua renúncia não gerou o efeito esperado, fazendo com que Jânio Quadros saísse do poder em agosto de 1961.

Segundo Adolpho João de Paula Couto, as origens e antecedentes do Golpe de 64 remontam ao passado político de João Goulart, que era um dos afilhados políticos de Getúlio Vargas e, tal passado era diretamente relacionado à fase esquerdista e populista de Getúlio, que evoluíra de “uma posição direitista, bem assinalada na sua simpatia inicial pela causa da Alemanha nazista e no seu ostensivo anticomunismo, para uma posição mais à esquerda, ao assumir, em fase posterior de seu longo governo, uma atitude populista, que o tornou popular perante a massa dos trabalhadores e as classes despossuídas.”<sup>30</sup>

Eis, então, um breve resumo, retirado do sítio do Arquivo Nacional na Internet, da vida política de João Goulart:

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 68

<sup>30</sup> Adolpho João de Paula Couto: *Revolução de 1964 – A versão e o fato*. Porto Alegre: Ed. Gente do Livro, 1999, p.21

Advogado, nascido na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1919, mas teve seu registro alterado para o ano de 1918 para poder ingressar na faculdade. Em 1932, foi campeão gaúcho juvenil de futebol como zagueiro do Internacional. Formou-se bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre - RS (1939). Foi co-proprietário do jornal "Uruguai" (1945). Iniciou sua atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido fundador desta agremiação em São Borja (1946) e presidente do diretório do Rio Grande do Sul (1950-1954). Coordenador da campanha presidencial de Getúlio Vargas, ao lado de Joaquim Pedro Salgado Filho (1950). Elegeu-se deputado estadual (1946-1950) e deputado federal (1951), licenciando-se do mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952). Foi deputado federal pelo PTB-RS (1952-1953), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (1953-1954) e presidente nacional do PTB (1952-1964). Candidatou-se ao Senado em 1954, mas foi derrotado. Foi vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek e, por força de dispositivo constitucional, presidente do Senado (1956-1961). Foi o chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho (1958) e à Conferência da Organização Internacional do Trabalho (1960), ambas reunidas em Genebra. Em 1958, organizou a 1ª Conferência Nacional do Trabalho, quando vice-presidente de Juscelino Kubitschek. Membro de delegação econômica enviada ao leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China (1961). Foi um dos articuladores da Frente Ampla, de oposição ao regime militar (1966). Em 1967, firmou com Juscelino Kubitschek o Pacto de Montevideu. Com o fim da Frente Ampla (1967), dedica-se à administração de suas propriedades localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil. Em 1960 reelegera-se vice-presidente, na chapa de oposição ao candidato udenista Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, ou Jango, como era conhecido, foi empossado na presidência da República, em 7 de setembro, após a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo. Em janeiro de 1963, com a realização do plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista, Goulart assumiu plenamente os poderes de presidente. Deposto pelo golpe militar de 1964, exilou-se no Uruguai. Faleceu no exílio, no município argentino de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.<sup>31</sup>

No entanto, não se pode colocar como fator determinante do movimento político que derrubou o governo legalmente constituído apenas na figura de seu mandatário. Há que se considerar, também, o clima político, social e econômico em que vivia o Brasil naqueles anos, com a Guerra Fria chegando ao continente americano através da Revolução Cubana e o medo

<sup>31</sup> Retirado de [http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=8](http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/crapp_site/presidente.asp?rqID=8) em 15/05/2008.

intrínseco que os setores mais abastados da sociedade brasileira sentiam em relação à ‘ameaça vermelha’. Tanto que em março, portanto no mês em que o Golpe foi efetivado, foi organizada uma série de manifestações públicas em resposta a um comício organizado por Jango no dia 13, no estado do Rio de Janeiro, ao qual ele havia anunciado as reformas de base de seu governo.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi articulada pelo deputado Cunha Bueno com o apoio do padre capelão estadunidense Patrick Peyton, com o apoio do governador do estado de São Paulo Ademar de Barros, com organização da União Cívica Feminina e pela Campanha da Mulher Pela Democracia, todos sendo patrocinados pelo IPES. A mobilização foi feita de forma simples, conforme o sítio Wikipédia relata:

primeiro foram convocadas as esposas de empresários, doutrinadas sobre como o comunismo poderia ser prejudicial a elas e, principalmente seus filhos. Em seguida foram convocadas as esposas dos empregados das empresas participantes, sendo as mulheres doutrinadas pelas esposas dos patrões em reuniões de senhoras com fins filantrópicos e religiosos. Simultaneamente eram distribuídos panfletos entre a população, supostamente endereçados aos fazendeiros e agricultores, outros panfletos davam ênfase à palavras chave, como democracia, subversão, liberdade, o clero fazia publicar mensagens dirigidas ao Presidente. A sociedade cristã foi mobilizada para a primeira Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Dela participaram quinhentas mil pessoas no dia 19 de Março de 1964.

A massa humana saiu da praça da República chegando à praça da Sé sendo rezada uma missa pela "salvação da Democracia", pelo padre Patrick Peyton, capelão do Exército estadunidense, enviado pelo governo dos Estados Unidos.

Em 2 de abril de 1964 cerca de um milhão de pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no Estado da Guanabara.<sup>32</sup>

O medo do comunismo era real e com um presidente que levantava inúmeras desconfianças, talvez o resultado não teria sido outro que não o Golpe.

---

<sup>32</sup> Retirado de: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha\\_da\\_Fam%C3%ADlia\\_com\\_Deus\\_pela\\_Liberdade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Fam%C3%ADlia_com_Deus_pela_Liberdade) em 15/05/2008.

## 2. O Endurecimento (1964-1974)

Neste segundo capítulo, começamos a discorrer a respeito da situação político-social que permeou o Brasil após a execução do Golpe Militar, em 9 de abril daquele ano, onde fora consolidado através do Ato Institucional número 1 as novas diretrizes e orientações políticas para o país, eliminando assim, o que havia sido escrito na Constituição de 1946: eleição indireta do presidente da república; *quorum* de maioria absoluta para aprovação de emendas constitucionais enviadas pelo Executivo e prazo de trinta dias para sua votação; decurso de prazo para projetos de lei enviados pelo Executivo com trinta dias para votação, caso contrário eram considerados aprovados; exclusividade para o Executivo para projetos de lei que manobrassem com a despesa pública; poder concedido ao Executivo de decretar estado de sítio sem consulta prévia do Congresso; suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e estabilidade e; os três ministros militares e o presidente da república poderiam cassar mandatos legislativos federais e suspender direitos políticos por dez anos, sem direito a apelação judicial.<sup>33</sup>

Ao mesmo tempo em que nos propusemos, neste estudo, a também lançar um olhar mais apurado sobre a questão que envolve o chamando homem de Estado e a formulação de sua política externa. No entanto, não pretendemos defender uma visão extremada da história como nada mais do que o acúmulo de biografias de grandes homens, tal qual era concebido por Carlyle no século XIX<sup>34</sup>. O movimento histórico sempre foi um processo coletivo, atuando de forma sincrônica em determinado momento e, em outro momento atuando de forma diacrônica. No entanto, homens em postos-chave e em momentos considerados sensíveis, inevitavelmente acabam por imprimir uma espécie de marca pessoal, afetando de forma profunda a própria textura histórica, alguns em maior e outros em menor grau. Com o intuito de não nos perdermos com exemplos em demasia, evocaremos apenas dois, cujas marcas indelévels ainda ecoam na noite dos tempos: Alexandre, o Grande, que erigiu um império a partir da Macedônia aos confins da Ásia na antiguidade, e Napoleão Bonaparte, que durante o I Império francês sacudiu a Europa em fins do século XVIII.

Jean Baptiste Duroselle foi muito pertinente ao delinear dois tipos ideais de homens de Estado, apresentados por ele como o doutrinário e o oportunista:

---

<sup>33</sup> Oswaldo Coggiola. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 16

<sup>34</sup> Thomas Carlyle. *Os heróis e o culto dos heróis*. São Paulo: Cultura Moderna, s/d.



Os doutrinários (...) são os que estabeleceram para seu uso um sistema de pensamento coerente e que procuram, com a máxima freqüência possível, harmonizar suas decisões com este sistema. Os oportunistas ou empiristas não se prendem a nenhum sistema preciso e regulam sua conduta pelas circunstâncias. Certamente não pode haver doutrinário puro, porque as circunstâncias impõem, às vezes, decisões aberrantes, relativamente à doutrina, e todo o oportunista tem, não obstante, algumas idéias gerais, às quais permanece fiel.<sup>35</sup>

Procuraremos, então, a partir desses dados interpretar as relações *vis a vis*, entre Brasil e Estados Unidos no período abordado, tendo como linha condutora essas considerações.

## 2.1. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)

Como primeiro presidente durante a fase inicial do regime militar foi escolhido o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que fora eleito pelo Congresso Nacional no dia 15 de abril de 1964. Sua biografia indica que ele nasceu no estado do Ceará, em Fortaleza, no dia 20 de setembro de 1900.<sup>36</sup> Sua base educacional foi inteiramente militar, começando no Colégio Militar de Porto Alegre. Em 1918, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, na arma da infantaria, tendo sido declarado aspirante a oficial em 1921 e designado para o 12º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte. Em 1923 atingiu o posto de primeiro tenente, voltando para a Escola Militar de Realengo, em 1927, como instrutor de infantaria, passando, também, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, a Escola de Estado-Maior do Exército, onde chegou a ser diretor de ensino.

Esteve com a FEB na Campanha da Itália durante a II Guerra Mundial, integrando a Seção de Planejamento e Operações, passando cerca de trezentos dias no campo de batalha. Foi promovido a capitão em 1938, tenente-coronel em 1943 e foi a marechal da reserva no ano em que foi empossado presidente da república. No ano de 1955, foi um dos oficiais militares que ajudaram na reformulação do Exército, apoiando, também, o movimento militar chefiado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, que garantiu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

<sup>35</sup> Jean-Baptiste Duroselle. 'A personalidade do homem de Estado'. In Pierre Renouvin & \_\_\_\_\_. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967, p. 311.

<sup>36</sup> Seu registro de nascimento foi adulterado, como se tivesse nascido em 1900, para que pudesse ingressar no Colégio Militar e requerer gratuidade, que era concedida apenas para menores de 12 anos. Retirado de: Fabio Koifman (org.). *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2002. v.2, p.106

Como parte de suas influências acadêmicas, Castelo Branco ao ser promovido capitão, foi estudar na França, na *École Supérieure de Guerre*, onde aprendeu sobre táticas militares, técnicas de domínio sócio-político, publicidade, censura e outros temas correlacionados. Como tenente-coronel, estudou no *Fort Leavenworth War School*, nos Estados Unidos, aprimorando e aprofundando seus conhecimentos relativos à estratégia e táticas militares, ao mesmo tempo em que absorvia grande parte da cultura de guerra norte-americana. Sua produção acadêmica conta com alguns ensaios militares, todos pertinentes com sua formação e sua carreira militar, tais quais: *Alto Comando da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai*, *A Doutrina Militar Brasileira*, *A Estratégia Militar*, *A Guerra*, *O Poder Nacional*, *Tendências do Emprego das Forças Terrestres na Guerra Futura*. Além de seus ensaios deixou cerca de 3.000 documentos manuscritos. Em 1962, no seu ensaio intitulado “*A Guerra*”, demonstrou claramente seus pontos de vista a respeito das possíveis infiltrações comunistas em território nacional, escrevendo que:

...A guerra revolucionária é uma luta de classes, de fundo ideológico, imperialista, para a conquista do mundo; tem uma doutrina, a marxista-leninista. É uma ameaça para os regimes fracos e uma inquietação para os regimes democráticos. Perfaz, com outros, os elementos da guerra fria.

...A guerra fria foi concebida por Lênin para, de qualquer maneira, continuar a revolução mundial soviética. É uma verdadeira guerra global não declarada. Obedece a um planejamento e tem objetivos a conquistar, desperta entusiasmo e medo em grupos sociais e reações contrárias na opinião pública.

...Seus objetivos capitais: dissociação da opinião pública, nacional e internacional, criação da indecisão e, o principal, retirar das nações a capacidade de luta.

...O nacionalismo é uma posição decisiva para uma nação, sobretudo na época atual. Não pode ser uma panacéia para os seus males, nem uma operação de guerra, e muito menos uma conspiração de sentido internacional. Seus grandes males atuais são principalmente dois nos países subdesenvolvidos: um, o desvinculamento com o meio; outro, o de ser, às vezes, um instrumento nacional e internacional do comunismo soviético. É também um grande penacho dos ditadores e candidatos a ditador.

...As divisões que têm lavrado no Exército são mais conseqüências de lutas político-partidárias do que separações existentes nos meios militares (...). Legalistas e revoltosos, a partir de 1922 e por pouco tempo. Em 1930 surge a alternativa revolucionários e anti-revolucionários, que desaparece pouco a pouco. A partir de 1955, governistas e golpistas, em meio a ódios e ressentimentos mantidos pelos comunistas e pela política partidária fardada e à paisana. Em seguida, esses mesmos elementos lançaram a injúria sobre o Exército de que seus oficiais se dividiam entre nacionalistas e entreguistas, enquanto a oficialidade era fiel à honra do Brasil e à sua independência política e econômica. Agora, renasce a teimosia, com a divisão alardeada em legalistas e golpistas. Politiqueiros e comunistas estão interessados em que tal exista. Isso amofina o Exército.

...Forças Armadas não fazem democracia. Mas garantem-na. Não é possível haver democracia sem Forças Armadas que a garantam. Daí, dizer Forças Armadas democráticas. Como é isto, então? Sim. Entra na sua doutrinação o fim de defender as instituições democráticas (...). Muita gente diz que as Forças Armadas são democráticas quando há militares políticos e que conhecem a máquina de conduzir o Estado. Os generais aprendem isso para melhor situarem-se no cumprimento da destinação das Forças Armadas.

...Qual o militar que não tem ouvido, desde jovem tenente, a frase enunciada por doutores, congressistas, banqueiros, comerciantes, industriais e nunca pelo chamado homem do povo: 'O Exército precisa tomar conta disso!'"? É permanecer no regime legal ou marchar para a ilegalidade (...). A questão tem interessado muito mais ao meio civil que ao próprio Exército.

Acreditam os senhores que o Exército tenha dentro de suas fileiras um conflito ideológico? Já se pode dizer que a luta entre duas ideologias que, de fato, lavra em setores da nossa nação, tenha se prolongado no Exército? Pessoalmente, eu não acredito. O Exército tem em suas fileiras alguns comunistas, uns atuantes, outros de ação bem dissimulada e vários timidamente embuçados. Tais elementos não constituem, porém, uma parte apreciável de um grande todo, a ser, então, considerado como dividido ideologicamente.

As Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou sindicalistas.<sup>37</sup>

Castelo Branco supõe então, que Lênin desde a revolução russa de 1917 já planejava o caminho a ser trilhado para que o socialismo atingisse os outros países do sistema internacional de Estados, o que nos remete ao primeiro capítulo de nosso estudo, em que Churchill e Truman, ao lançarem o Plano Marshall como ferramenta prática de atuação da Doutrina Truman, colocando-se frontalmente em oposição ao bloco soviético, estariam, então, apenas reagindo aos planos previamente traçados por Lênin. Continuamente, Castelo Branco reforça o papel de guardião e protetor do sistema democrático que as Forças Armadas desempenham, deixando claro, também, que é o agente de proteção, não o de formulação da democracia e, com isso, acabou expondo que as brigas político-partidárias observadas ao longo dos primeiros 50 anos do século XX no Brasil estariam contribuindo para o enfraquecimento da única instituição capaz de garantir ao Brasil a liberdade do jugo comunista, colocando o nacionalismo como barreira de proteção contra essas ideologias perigosas ao país.

Assim, Castelo Branco ao assumir a direção política do país, colocaria em prática seu ideário teórico, tomando medidas que não atingiram apenas ao legislativo, mas também toda e qualquer organização que fosse considerada nociva à pátria e à implantação do novo regime governamental, criando condições para, efetivamente, assegurar a manutenção do poder e com isso, impedir que qualquer elemento considerado danoso ao país se infiltrasse nos altos escalões governamentais. Dessa forma, agiu com rapidez fazendo com que o Congresso aprovasse a Emenda da Inelegibilidade, que afastava a possibilidade de qualquer adversário político do regime recém-instalado no país pudesse ser eleito para algum cargo de importância dentro do sistema político nacional. Podemos exemplificar algumas das organizações e

---

<sup>37</sup> Retirado do sítio [http://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto\\_de\\_Alencar\\_Castelo\\_Branco#cite\\_note-1](http://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco#cite_note-1) em 29/05/2008

instituições que foram cassadas pelo novo regime, tais qual o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), diversas ligas camponesas, sindicatos e até mesmo empresários, como os proprietários da Panair do Brasil, que à época era a maior companhia aérea em atividade no Brasil, tendo sua licença para voar cassada e o patrimônio temporariamente confiscado devido à ligação existente entre o grupo acionário da empresa e conhecidos líderes comunistas, também extinguiu os partidos políticos tradicionais, substituindo-os por apenas dois, o Aliança Renovadora Nacional (Arena), de orientação pró-governista e o de oposição legalizada, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para manter as ‘aparências parlamentares’ do movimento de 1964 e, ao mesmo tempo, passar também a idéia de que o regime militar teria orientações democráticas.

No final de 1966, o Congresso Nacional foi fechado para, no início de 1967 ser convocado para aprovar uma nova Constituição, que seria promulgada em 24 de janeiro daquele ano. Castelo Branco, em sua política econômica tomou medidas que tinham como objetivo primário combater a inflação, favorecer a retomada dos investimentos estrangeiros no país, para tal, ele revogou a Lei de Remessa de Lucros criada por João Goulart, beneficiando assim, o capital estrangeiro no investido no país, renegociou empréstimos com o FMI, estabeleceu um maior controle sobre os salários, instituiu a correção monetária, atualizando o poder aquisitivo da moeda nacional, através de índices estipulados pela sua equipe econômica. Fundou o Banco Nacional de Habitação (BNH), que através de recursos oriundos do FGTS tinha como missão financiar a construção de casas populares e, por fim, criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Estatuto da Terra.

Castelo Branco também tomou medidas para reformular profundamente alguns pontos da estrutura administrativa dentro das Forças Armadas Brasileiras. Além de acabar com a patente de marechal, mudou a estrutura da cúpula militar brasileira ao alterar o sistema de cálculo para a aposentadoria compulsória, o que veio a alterar radicalmente tanto a natureza quanto a intensidade da participação dos militares brasileiros na política:

- Gerais: aos limites para passagem para reserva de 62 anos para general-de-brigada, 64 anos para general-de-divisão e 66 anos para general-de-exército, adicionou os seguintes critérios:
  - nenhum oficial pode ser general por mais de 12 anos.
  - cada nível de generalato dever renovar pelo menos 25% de seu quadro a cada ano. Quando isto não acontece naturalmente, os mais velhos passam à reserva compulsoriamente.

- Coronéis: não podem permanecer menos de 7 anos nem mais do que 9 anos na mesma patente.
- Nenhum oficial pode passar mais de 2 anos em cargos civis sem se desligar das Forças Armadas.

Com estas alterações, casos como o do general Cordeiro de Farias não voltariam a se repetir: elevado a general em 1942, passou para a reserva somente ao atingir os 67 anos de idade, completando 25 anos de generalato, sendo que 13 anos foram como quatro estrelas. Além disso, chefiou a polícia de São Paulo por 3 anos, foi interventor do estado do Rio Grande do Sul por outros 3 anos e governou Pernambuco por mais 4 anos.

Essas medidas de reformulação das Forças Armadas criaram as condições para que, no futuro, os generais deixassem de ser as figuras políticas longevas e proeminentes que foram desde a Proclamação da República.<sup>38</sup>

### 2.1.1 O Serviço Nacional de Informações – SNI

Uma das maiores preocupações dos militares ao chegarem ao poder com o golpe que vitimara o governo legalmente constituído de Jango estava diretamente relacionado com dois problemas que, segundo eles, o Brasil vinha enfrentando há décadas: corrupção e subversão. Lucas Figueiredo relatou que:

A orientação positivista dos militares lhes fazia acreditar que o país estava doente, mas podia ser curado. Bastava identificar os corruptos e os subversivos e depois neutraliza-los por meio de cassação de direitos políticos e prisão. Havia ainda os que defendiam punir os maus cidadãos com a tortura ou mesmo com o extermínio.<sup>39</sup>

O principal problema é que, rapidamente, os corruptos motivados pelo inato instinto de sobrevivência encontraram seu nicho compondo com o governo, sobrando apenas os subversivos para serem expurgados. Mas quem eram os subversivos? Na mentalidade militar de então, qualquer pessoa que manifestasse a mais singela opinião contrária ao novo regime, além, é claro, das que eram taxadas de comunistas, eram fortes candidatas a serem enquadradas como elementos subversivos e nocivos à pátria, por que mesmo com o Brasil não

---

<sup>38</sup> *Idem*

<sup>39</sup> Lucas Figueiredo. *O Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 121

sofrendo nenhuma ameaça potencial e direta às suas fronteiras, a ‘infiltração vermelha’ ocorria dentro das fronteiras nacionais, criando o ideário do inimigo interno. Portanto, fazia-se urgente a identificação de tais alvos, cuja Doutrina de Segurança Nacional, que havia passado uma década dentro da ESG sendo maturada, indicaria o caminho das pedras: o fortalecimento do serviço secreto, concedendo-lhe *status* de órgão institucional, estrutura, poder de atuação e verbas condizentes com a missão que deveria executar.<sup>40</sup>

Os militares que tomaram o poder poderiam ser classificados em duas correntes distintas, em termos ideológicos: os ‘moderados’ e os ‘duros’. Os ‘moderados’, à época do golpe, eram liderados pelo marechal Castelo Branco e os ‘duros’, pelo general Arthur da Costa e Silva. Logo que Castelo Branco assumira o poder, Costa e Silva, num gesto unilateral, tomou para si o Ministério da Guerra e empossou no Conselho de Segurança Nacional o coronel do Exército Jayme Portella, para, assim, garantir aos ‘duros’ o controle sobre o Exército e também sobre o serviço secreto. Castelo Branco decidiu não confrontar Costa e Silva em relação ao seu posicionamento dentro do cargo mais importante do Exército, que era o de Ministro da Guerra, mas ‘derrubou’ Jayme Portella sem precisar fazê-lo diretamente, extinguindo a seção do Conselho de Segurança Nacional que possuía as atribuições de serviço secreto, criando um serviço secreto à parte ligado diretamente e respondendo exclusivamente à Presidência da República, que era uma das aspirações mais caras da ESG em relação a essa temática. Dessa forma, Castelo Branco garantiu aos ‘moderados’ o controle do serviço de informações.<sup>41</sup>

Feito isso, Castelo Branco delegou ao general da reserva Golbery do Couto e Silva para esboçar a estrutura do novo serviço de informações brasileiro, o SNI. Então, Golbery redigiu os 10 artigos do projeto de lei nº 1.968 para ser entregue ao Congresso para ser votado. Dentre os artigos redigidos no projeto de lei que criava o SNI, Lucas Figueiredo destaca os seguintes pontos:

- \* O SNI teria autonomia financeira, com verbas oriundas tanto do Orçamento da União quanto de fundos secretos;

- \* Abertura de escritórios e representações do SNI em todas as capitais do país e nas mais importantes cidades;

- \* O chefe do SNI teria *status* de Ministro de Estado, reportando-se apenas ao Presidente da República;

---

<sup>40</sup> *Idem*

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 123

\* Liberdade para o SNI convocar funcionários tanto civis quanto militares de qualquer órgão governamental sem a necessidade de autorização prévia do Presidente da República;

\* Além de incorporar automaticamente todo o quadro funcional do antigo serviço de informações, o SNI poderia, também, contratar pessoal fora dos quadros públicos, utilizando recursos oriundos de verbas secretas;

\* O SNI se reservaria ao direito de ser o único órgão dos Três Poderes que poderia manter total sigilo sobre informações básicas do seu funcionamento, organização interna e seu quadro de pessoal;

\* O SNI seria o único órgão do Executivo isento de qualquer controle externo.<sup>42</sup>

Castelo Branco ao enviar para o Congresso, juntamente com o projeto de lei da criação do SNI, evitou conceder maiores explicações a respeito do que viria a ser, exatamente, o SNI, cujo o funcionamento descrito no projeto de lei deixara muitos parlamentares confusos. Castelo Branco, respondendo na mensagem enviada em conjunto com o projeto, ressaltou que

A gestão dos negócios do Estado, a cargo do Poder Executivo, requer [...] informações seguras que, oportunas e convenientemente analisadas e avaliadas, que sirvam de base às múltiplas decisões a tomar, inclusive no quadro da própria Segurança Nacional. [...] A criação do Serviço Nacional de Informações impõe-se de fato e com urgência.<sup>43</sup>

Portanto, em 13 de junho de 1964, com apenas 74 dias desde o golpe de Estado, o presidente Castelo Branco assinou a Lei 4.341, extinguindo o antigo serviço secreto, ao mesmo tempo em que instaurava o SNI. Golbery, para montar de forma eficaz o Serviço, recorreu aos Estados Unidos, que designou Stephen Creane, agente da CIA no Brasil, para auxiliar Golbery no que fosse necessário para a montagem e implementação do SNI. Logo surgiria um acordo de cooperação entre as duas agências para troca de informações sobre possíveis subversivos e atividades comunistas em território brasileiro.<sup>44</sup>

### **2.1.2. A Política Externa de Castelo Branco**

O primeiro passo de Castelo Branco e seu novo chanceler, Vasco Leitão da Cunha, foi encerrar a curta vida dos princípios perpetrados pela Política Externa Independente,

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 124

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 125

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 134

formulada no governo de Jango. Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, tais princípios abarcavam o “nacionalismo como base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina.”<sup>45</sup>

Rapidamente mandou substituir o embaixador brasileiro em Washington, colocando Juracy Magalhães para, segundo o que o próprio presidente afirmou que para “pôr em contato com o governo dos Estados Unidos um representante do Brasil em condições de bem interpretar a atual política brasileira”.<sup>46</sup> Afim de ‘consertar’ os estragos causados pelo período em que João Goulart foi presidente, e assim, voltar às boas graças com Washington, Castelo Branco tomo uma série de medidas em sua política externa, para ‘corrigir’ de vez os rumos que o governo brasileiro tomara na área externa.

Amado Cervo e Clodoaldo Bueno dividiram tais medidas em 3 direcionamentos básicos, ou dimensões, que definiriam a política externa de Castelo Branco: 1) Bipolaridade; 2) Abertura ao capital estrangeiro e 3) Contradição.

A *bipolaridade* é encarada pelo governo Castelo Branco em sua plenitude, pois ao engendrar a noção do ‘inimigo interno’, concede às Forças Armadas as funções inerentes aos policiais, além de, no plano externo conseguir a relevância necessária para bastar-se em si mesma, em termos estratégicos. Dessa forma, foram incorporadas todas as categorias do ocidentalismo, da interdependência, da segurança coletiva e de uma aproximação irrestrita com o governo norte-americano, além da abertura econômica, tendo como base a ideologia anticomunista e a geopolítica de Castelo Branco, tornando esta mesma bipolaridade no plano estratégico-político como a realidade determinante dos objetivos e da vontade nacional: “pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político”, sentenciando tal assertiva aos formandos do Instituto Rio Branco em 31 de julho de 1964.<sup>47</sup>

A *abertura ao capital externo* deu-se mais como um complemento ao posicionamento pela bipolaridade, contrapondo-se de forma direta e ostensiva às idéias nacionalistas e de estatização da economia. Partindo do princípio de que se fossem oferecidas as devidas condições de liberdade, o capital estrangeiro encontraria seu caminho naturalmente economia adentro e seria exatamente isso que o governo de Castelo Branco procuraria fazer: criar o ambiente necessário para que pudesse, assim, induzir o desenvolvimento pelas forças livres

---

<sup>45</sup> Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.368

<sup>46</sup> *Idem*

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 369



ou liberais do mercado, sem influência do Estado e também sem fronteiras que impedissem tal avanço.<sup>48</sup>

Por fim, a *contradição*, coloca os eventos que entraram em colisão direta com as duas primeiras dimensões, pois havia um descompasso entre as principais diretrizes ideológicas do novo regime e o próprio contexto dentro do realismo apresentado pelo cenário internacional de então. Dessa forma, o alinhamento automático com o Ocidente sob a liderança incontestada dos Estados Unidos acabaria por não exterminar instantaneamente com as tendências universais que sempre permearam as relações brasileiras com o restante do mundo, recolocando-se, assim, que não haveria uma adesão prévia e automática às decisões de quaisquer uma das grandes potências. Na parte econômica, a contradição se deu justamente através de uma entrada ‘ordenada’ do capital estrangeiro, liquidando com a idéia original de conceder liberdade plena sem intervenção estatal no mercado nacional e, também, pela própria luta por uma reforma na ordem internacional do capitalismo.<sup>49</sup>

Castelo Branco governaria até 15 de março de 1967, vindo a falecer em um desastre aéreo pouco tempo depois de deixar o poder.

## 2.2. Lyndon Baines Johnson (1963-1969)

Nascido em Gillespie County, no estado do Texas em 1908, Lyndon Johnson iniciou sua carreira política em 1931, como secretário do deputado republicano Richard M. Kleberg. Quatro anos mais tarde, foi designado diretor da Juventude Nacional Texana. Em 1934 casou-se com Claudia Taylor Johnson, conhecida como ‘Lady Bird’ devido ao seu engajamento pela conservação e embelezamento das cidades norte-americanas e pela conservação e bom uso dos recursos naturais de seu país.

No ano de 1937, Lyndon Johnson elegeu-se pela primeira vez para a Câmara dos Deputados e em 1948, para o Senado, alcançando a posição de vice-líder do Partido Democrata em 1951. Durante a II Guerra Mundial, serviu pela Marinha sendo condecorado com a Estrela de Prata pelo seu desempenho na guerra. Concorrendo à vice-presidência na chapa de John Kennedy em 1960, acabou por assumir a presidência no fim do ano de 1963, devido ao assassinato de Kennedy.

Ao assumir a presidência, Johnson, que foi o trigésimo sexto presidente norte-americano, tomou para si os projetos sociais deixados por Kennedy, radicalizando-os, e com

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 370

<sup>49</sup> *Idem*

isso, promovendo uma profunda mudança na sociedade norte-americana de então, através de reformas constitucionais que garantiriam mais direitos sociais às classes menos favorecidas nos Estados Unidos. Pediu ao país para lhe deixarem “construir uma grande sociedade, um local onde o significado da vida do homem se equipare às maravilhas do trabalho do homem”, aludindo à fase de grande prosperidade e conforto material que vivia os Estados Unidos naquele período. À este projeto social, foi dado a alcunha de ‘Projeto Grande Sociedade’.

Através deste projeto social, Johnson obteve uma grande vitória nas eleições presidenciais de 1964, derrotando Barry Goldwater, um político ultra conservador do Partido Republicano que, por sinal, foi um dos piores resultados eleitorais do Partido Republicano em sua história. A equipe de campanha de Johnson aproveitou-se da ligação entre JFK e Lyndon Johnson, e sua conseqüente popularidade, além de explorar com sucesso a imagem de legislador da ala conservadora de direita de seu oponente eleitoral que queria abolir o sistema de programas de bem-estar e saúde criados na década de 1930 (como a Segurança Social). Johnson também, afirmava que Goldwater, se eleito, poderia levar os Estados Unidos a um confronto nuclear com a União Soviética, arrematando, assim, a vitória em 44 dos 50 estados da União. A votação popular (cerca de 61,1%) foi a mais alta registrada no país desde 1820.

O programa social baseava-se em melhorias em áreas como educação, prevenção, combate e erradicação de doenças, um programa de saúde exclusivamente voltado para os idosos (*Medicare*), reforma, conservação, desenvolvimento e embelezamento de áreas consideradas depredadas e depreciadas, além de uma luta em grande escala para a erradicação da pobreza, delinquência e prevenção ao crime, finalizando com a remoção de obstáculos ao direito ao sufrágio. Com o aval do Congresso, muitas dessas medidas foram aprovadas e executadas, beneficiando assim, milhões de idosos que obtiveram assistência médica graças à emenda do *Medicare*, em 1965.

As únicas duas manchas na administração Johnson estavam ganhando força desde 1965. Apesar de seus melhores esforços, as comunidades negras dos Estados Unidos continuavam sua luta contra a segregação racial e sua luta por condições mais equânimes de vida, e a malfadada Guerra do Vietnã, cujo as proporções aumentariam de forma exponencial. Assim, o governo foi mantendo a guerra, fazendo com que em 1968 ela se tornasse crítica ao ponto de Johnson limitar os bombardeios apenas ao Vietnã do Norte, buscando com isso, meios para iniciar os diálogos e as futuras negociações de paz. Por fim, surpreendeu o mundo inteiro ao abandonar sua candidatura a uma garantida re-eleição para dedicar-se integralmente à busca pela paz.

Ao deixar a presidência dos Estados Unidos em 1969 as negociações de paz já estavam em andamento, mas ele não viveria para ver seu desfecho, pois faleceria repentinamente de ataque cardíaco em seu rancho, no estado do Texas em 1973.

### **2.2.1. O Governo Johnson e o Brasil em 1964**

Um dos fatos mais marcantes entre as relações Brasil – Estados Unidos no período do governo de Lyndon Johnson, foi sem dúvidas, o possível papel norte-americano no Golpe Militar.

Temerosos de que João Goulart resistisse ao Golpe, os Estados Unidos lançaram a ‘Operação Brother Sam’, para dar apoio logístico e estratégico aos golpistas, caso o cenário evoluísse para uma guerra civil. Recentemente o Departamento de Estado norte-americano liberou o acesso a documentos que relatam detalhes da Operação, revelando o grau de envolvimento dos Estados Unidos na preparação e execução do golpe de abril de 1964.<sup>50</sup>

Já no dia 31 de março, a pedido do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, Washington requisitou ao Departamento de Estado uma reunião que delineasse um plano de auxílio logístico e militar para as forças revoltosas brasileiras. O plano materializou-se no envio às costas brasileiras de 100 toneladas de armas leves e munições, navios petroleiros com capacidade para 130 mil barris de combustível, uma esquadrilha de aviões de caça, um navio de transporte de helicópteros com a carga de 50 helicópteros com tripulação e armamento completo, um porta-aviões da classe Forrestal, seis destróieres, um encouraçado, além de um navio de transporte de tropas, e 25 aviões C-135 para transporte de material bélico, no claro objetivo de assegurar que João Goulart deixaria o governo brasileiro.

E, contrariando todas as previsões, João Goulart resolvera se exilar no Uruguai ao saber, em 2 de abril, que o golpe militar já constava com o reconhecimento oficial do governo norte-americano, deixando Lincoln Gordon deveras satisfeito, conforme relata Coggiola:

Vocês fizeram uma coisa formidável! Essa revolução sem sangue e tão rápida! E com isso pouparam uma situação que seria profundamente triste, desagradável e de conseqüências imprevisíveis no futuro de nossas relações, vocês evitaram que tivéssemos que intervir no conflito.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Oswaldo Coggiola, *op. cit.*, p. 14

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 15

Dessa forma, a ‘Operação Brother Sam’ com todo seu aparato bélico não chegou nem a entrar em ação, dando ao golpe militar de 1964 uma chancela exclusivamente nacional.

### **2.3. Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969)**

Nascido em Taquari, estado do Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1899, Arthur da Costa e Silva também teve formação militar desde cedo, estudando no Colégio Militar de Porto Alegre, em 1918 transferiu-se para a Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, e passou, ainda, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e pela Escola de Estado-Maior do Exército. No ano de 1922 integrou o movimento tenentista, onde acabou sendo preso e depois, anistiado. Casou com Iolanda Barbosa Costa e Silva, filha de um militar.<sup>52</sup>

Dez anos mais tarde, em 1932, o capitão Costa e Silva atuou junto às forças que lutaram contra a revolução constitucionalista ocorrida no estado de São Paulo. Em sua carreira chegou a ser adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina no período que compreende o biênio 1950-1952, atingindo o generalato neste mesmo ano de 52. Em 1961 foi promovido a general-de-divisão, assumindo o comando do IV Exército, na região que circunscreve o Recife.

Representante-mor da chamada ‘linha dura’ militar brasileira, Costa e Silva foi um dos principais articuladores do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, sendo um dos integrantes do Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. No governo de Castelo Branco, assumiu unilateralmente o Ministério da Guerra, desvinculando-se do mesmo em 1966 para poder concorrer, pela chapa governista, ao cargo de presidente. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do MDB, partido oposicionista. Eles foram empossados em 15 de março de 1967.

No plano econômico, Costa e Silva faria um governo bastante diferente de seu antecessor, adotando uma política econômica e financeira menos rígida, abrindo linhas de crédito para empresas, flexibilizando as taxas de câmbio a fim de estimular o comércio exterior e reexaminando completamente a política salarial, fazendo com que a economia reativasse, escapando da recessão que se avizinhava por causa de três anos de esforço anti-

---

<sup>52</sup> Retirado de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Artur\\_da\\_Costa\\_e\\_Silva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_da_Costa_e_Silva) em 5 de junho de 2008

inflacionário contínuo. Lançou o Plano Nacional de Comunicações, que modernizou o setor, também tratou de cuidar da parte dos transportes, abrindo novas estradas, e iniciando a construção da Ponte Rio – Niterói. Outras realizações do governo Costa e Silva incluem a fundação da FUNAI e do MOBRAL, que era um programa governamental planejado e executado por Lourenço Filho para levar educação básica à população brasileira. Também foram criadas, ainda, a EMBRAER e a CPRM.

### 2.3.1. O Ato Institucional n. 5 e o ano de 1968

O ano de 1968 foi um ano extremamente atípico. Alguns o chamariam de mítico, por que foi um ano único num século com tantos eventos que definiram a humanidade como ela é hoje, sendo um dos pontos de partida para uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais que afetariam as sociedades da época de uma maneira irreversível. Nesse ano as mulheres passariam a ter seus direitos políticos reconhecidos depois de terem queimado seus *soutiens*, o movimento ecológico ganharia força e diversas ONG's surgiriam a partir daí. Dentro do cenário político internacional, foi um ano que gerou dores de cabeça tanto para capitalistas quanto para comunistas. Assim, eventos que ficaram na posteridade merecem ser mencionados nesta monografia, tais como o 'maio francês', onde durante um mês estudantes sitiaram Paris, gritando palavras de rebeldia e liberdade de ação e consciência, coincidindo com a *Ofensiva Tet* por parte do exército Vietcong e do Vietnã do Norte contra a ocupação norte-americana da península da Indochina, e por fim, a 'Primavera de Praga', que de acordo com o sítio Wikipédia foi

o movimento liderado por intelectuais reformistas do Partido Comunista Tcheco interessados em promover grandes mudanças na estrutura política, econômica e social do país. A experiência de um "socialismo com face humana" foi comandada pelo líder do Partido Comunista local, Alexander Dubcek. A proposta surpreendeu a sociedade tcheca, que em 5 de Abril de 1968 soube das propostas reformistas dos intelectuais comunistas.

O objetivo de Dubcek era "desestalinizar" o país, removendo os vestígios de despotismo e autoritarismo, que considerava aberrações no sistema socialista. Com isso, o secretário-geral do partido prometeu uma revisão da Constituição, que garantiria a liberdade do cidadão e os direitos civis. A abertura política abrangia o fim do monopólio do partido comunista e a livre organização partidária, com uma Assembléia Nacional que reuniria democraticamente todos os segmentos da sociedade tcheca. A liberdade de imprensa, o Poder Judiciário independente e a tolerância religiosa eram outras garantias expostas por Dubcek.<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Retirado de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera\\_de\\_Praga](http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_de_Praga) em 5 de junho de 2008

O Brasil não ficou incólume a tais movimentos e os estudantes sentiram que o mundo estava passando por mudanças, resolvendo agir de acordo com o que viam. Assim, em junho de 1968 os estudantes começaram a se organizar e a se manifestar contra o regime militar, sendo por isso, severamente reprimidos, levando a população a se manifestar contra as ações policiais, forçando o governo a retirar suas forças das ruas e deixando o caminho aberto para que a *Passeata dos Cem Mil*, no Rio de Janeiro pudesse ser realizada ‘pacificamente’.<sup>54</sup>

Com a sociedade brasileira em convulsão, diversas greves e manifestações ocorrendo, o governo de Costa e Silva após reprimir os movimentos grevistas de Osasco, em São Paulo e em Contagem, em Minas Gerais, foi decretado o Ato Institucional n. 5, cujo teor restritivo e a concessão de poderes dadas ao presidente atingiriam seu ponto crítico. O AI-5, como ficou popularmente conhecido, foi decretado em 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, e possibilitava ao Presidente da República, entre outras coisas:

- decretar recesso do Congresso Nacional, Assembléias e Câmaras de Vereadores;
- cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e suspender direitos políticos por dez anos;
- decretar intervenção nos estados, municípios e demais territórios da Federação;
- decretar unilateralmente estado de sítio e prorrogá-lo;
- decretar o confisco de bens;
- suspender a garantia ao *habeas corpus*;
- proibir que o AI-5 fosse contestado na Justiça.<sup>55</sup>

Ainda segundo Coggiola, o presidente Costa e Silva impôs, de forma simultânea, o Ato Complementar n. 38, que determinava ao Congresso um recesso por tempo indeterminado. Costa e Silva justificou o AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional por conta da negativa dos parlamentares em autorizar o Executivo a processar o deputado do MDB Márcio Moreira Alves, que tinha contra si a acusação de ter cometido grave delito em um discurso ofensivo às Forças Armadas proferido por ele.<sup>56</sup>

Lucas Figueiredo considera a implementação do AI-5 como o agente que abriria o caminho para as ‘trevas’ da repressão, com o SNI atuando sub-repticiamente nos bastidores.

---

<sup>54</sup> Oswaldo Coggiola, *op. cit.*, p. 21

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 23

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 24

Nos cinco anos seguintes, o dispositivo serviria de base jurídica e inspiração para a proibição de quinhentos filmes, de 450 peças de teatro e de 250 livros. Permitiu ainda a cassação de direitos políticos de 76 pessoas e de 340 mandatos no Legislativo e no Executivo, 546 aposentadorias e 345 demissões no serviço público. O ato também liberou a utilização indiscriminada da máquina de guerra da ditadura, que produziria mais de trezentas mortes no país, sendo cerca de 130 com o desaparecimento dos corpos das vítimas.<sup>57</sup>

O mandato de Costa e Silva na presidência da República terminou em 31 de agosto de 1969, quando o general manifestou os primeiros sintomas de uma trombose cerebral, então os ministros militares – Rademaker, da Marinha, general Aurélio Lira Tavares, do Exército, e o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica – comunicaram a Pedro Aleixo que não havia condições para lhe entregar o governo. Organizados em junta militar, sob a presidência de Rademaker, os três ministros assumiram o poder, exercendo-o até 31 de outubro, quando o passaram ao general Emílio Garrastazu Médici. Como seu antecessor, o general Costa e Silva faleceu no Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969, poucos meses depois de sair do poder.<sup>58</sup>

#### **2.4. Richard Milhous Nixon (1969-1974)**

Nascido em Yorba Linda, Califórnia em 9 de janeiro de 1913, Richard Milhous Nixon foi o trigésimo sétimo presidente norte-americano. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Duke, Nixon era considerado um acadêmico brilhante, tanto no *Whittier College*, quanto na Universidade.<sup>59</sup>

Serviu como capitão-de-coveta da Marinha norte-americana na Segunda Guerra Mundial e, após deixar o serviço, entrou para a carreira política onde foi eleito para o Congresso representando o seu distrito natal, da Califórnia. Em 1950, conquistou uma cadeira no Senado, onde dois anos mais tarde, o general Eisenhower o selecionaria para ser seu companheiro de chapa. Nixon tinha apenas 39 anos de idade ao receber tal convite. Em 1960, seria indicado por aclamação para concorrer à Presidência, mas acabaria derrotado por John F. Kennedy. Persistente, Nixon aguardou o momento certo e, em 1968 com Lyndon Johnson fora da disputa, não teve dificuldades em derrotar o democrata Hubert Humphrey. No ano de

<sup>57</sup> Lucas Figueiredo, *op. cit.*, p. 181

<sup>58</sup> Retirado de <http://www.brasilecola.com/historiab/costa-silva.htm> em 5 de junho de 2008

<sup>59</sup> Retirado de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Richard\\_Nixon](http://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Nixon) em 5 de junho de 2008

1972 foi re-eleito com ampla vitória pelo Colégio Eleitoral, somando 520 votos contra apenas 17 contabilizados pelo seu oponente George McGovern.

Como presidente, no plano externo, Richard Nixon formulou políticas muito bem sucedidas para finalizar a Guerra do Vietnã, em 1973, anunciando um acordo com o Vietnã do Norte para encerrar a participação norte-americana naquela guerra e também em melhorar sensivelmente as relações diplomáticas de Washington com Moscou e Pequim, visitando estes países em 1972, reduzindo as tensões existentes e, seus encontros com o premier soviético, Leonid Brejnev, acabariam por render um tratado de limitação de armas nucleares estratégicas. Ainda no plano externo, Nixon enviou seu Secretário de Defesa, Henry Kissinger para negociar a o cessar das hostilidades entre Israel, Síria e Egito, em 1974. Ainda no seu primeiro mandato, seu governo produziu um dos eventos mais marcantes da história da humanidade, ao enviar a primeira bem-sucedida viagem tripulada pelo homem ao satélite natural da Terra, vencendo a corrida espacial contra a União Soviética. No plano interno promoveu uma nova divisão da receita gerada pelos tributos, o fim do recrutamento militar, novas leis anticrime e um amplo programa ambiental.

#### **2.4.1. Watergate**

Reeleito em 1972 para mais um mandato presidencial, Richard Nixon se viu envolvido no maior escândalo político da história dos Estados Unidos, o ‘Caso Watergate’. No dia 18 de junho, ainda em campanha para a re-eleição, o jornal Washington Post publicou em sua primeira página um assalto ocorrido no dia anterior à sede do Comitê Nacional Democrata, que era localizado num complexo de edifícios conhecido como Complexo Watergate, na capital norte-americana. Assim, cinco pessoas foram detidas no local enquanto tentavam fotografar documentos oficiais do partido democrata e instalar aparelhos de escuta em seus escritórios. Dois repórteres do referido jornal, Bob Woodward e Carl Bernstein passaram a investigar mais detalhadamente o já alcunhado ‘Caso Watergate’ e, muitos meses depois, acabaram por estabelecer relações sólidas que ligavam a Casa Branca ao assalto ocorrido na sede dos democratas, em junho. Um dos informantes que eles utilizavam para investigar o caso, conhecido apenas como ‘Garganta Profunda’, revelou-lhes que o próprio presidente Nixon tinha conhecimento das operações ilegais que geraram o Caso Watergate. Durante as investigações oficiais, foram apreendidas fitas gravadas que implicavam o pleno conhecimento de Nixon a respeito daquelas contravenções, confirmando as acusações apresentadas pelo ‘Garganta Profunda’ no Washington Post.



Como se não bastasse, em 1973 o vice de Nixon, Spiro T. Agnew, envolveu-se, também, em um escândalo abalando de vez com a já prejudicada imagem da administração Nixon. Através de um pedido ao Congresso, foi empossado no lugar de Agnew o líder da minoria republicana na Câmara, Gerald R. Ford para assumir a vice-presidência.

Em 9 de agosto de 1974, encurralado com várias provas do envolvimento do caso de espionagem ao partido republicano, e diante de um pedido de *impeachment* feito pelo Congresso, Nixon cedeu e renunciou à Presidência dos Estados Unidos. Gerald Ford assumiu o governo e, acabou por assinar um ato de anistia isentando Nixon de qualquer responsabilidade legal pelos eventos de *Watergate*.

Nixon apesar de suas várias conquistas e realizações para a política externa norte-americana é considerado por diversos historiadores estadunidenses como o pior Presidente que os Estados Unidos tiveram até então. Só retornaria à vida pública norte-americana cerca de vinte anos após o escândalo *Watergate*, ao qual registrou a frase que marcou sua presidência: “eu não sou um criminoso.” Em seus últimos anos de vida, Nixon elaborou muitos livros e artigos, nos quais dissertava a respeito de suas experiências pessoais na vida pública e política. Faleceu em 22 de abril de 1994, aos 81 anos de idade, na cidade de Nova Iorque.

Por muitos e muitos anos a identidade do famoso ‘Garganta Profunda’ permaneceu um mistério sem solução, até que em 31 de maio de 2005, o ex-vice-presidente do FBI, W. Mark Felt, revelou ser o personagem. Os jornalistas do *Washington Post* que cobriram e fizeram toda a investigação independente do caso, Bob Woodward e Carl Bernstein, confirmaram a declaração de Felt.<sup>60</sup>

## **2.5. General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)**

Emílio Garrastazu Médici nasceu na cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul em 4 de dezembro de 1905. Sua mãe era uma uruguaia de ascendência basca e o pai, um imigrante italiano.

Sua formação acadêmica começa, também, no Colégio Militar de Porto Alegre, seguindo para a Escola Militar de Realengo, no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1924 e 1927. Passou pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada. Retornando à Bagé, foi tenente do 12º Regimento de Cavalaria, foi um dos apoiadores da Revolução de

---

<sup>60</sup> Retirado de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Watergate](http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Watergate) em 5 de junho de 2008

1930, que instaurou a Ditadura de Vargas e o começo do período histórico conhecido como Estado Novo. Dois anos depois lutaria contra as forças da Revolução Constitucionalista que assolou o estado de São Paulo.

Foi Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Quando da renúncia de Jânio Quadros, foi um dos militares que se opôs à posse de João Goulart, tendo, portanto, um papel preponderante no golpe de 64.

Nomeado adido militar em Washington, acabou por exercer o papel de delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil – Estados Unidos. Em 1967 substituiu o general Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI, para dali a dois anos assumir o posto de Comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul. Com o afastamento de Costa e Silva da Presidência da República por conta de seu grave estado de saúde, foi indicado pelo Alto Comando do Exército a assumir a sucessão presidencial, atropelando os dispositivos legais, no qual quem deveria assumir a presidência seria o vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo que, além de ser civil, fora o único dos 23 integrantes do Conselho de Segurança Nacional que votara contra o AI-5, pois preferia uma solução menos radical, como a declaração de estado de sítio e, ao tomar tal atitude, sentenciou sua morte política, tendo que esvaziar rapidamente sua gaveta e abandonar o Planalto.<sup>61</sup> Mas Médici não queria assumir a presidência. No entanto, sua resistência começaria a cair em 4 de setembro, quando um pequeno grupo de guerrilheiros da Dissidência da Guanabara e da ALN realizaram uma façanha digna de nota e repercussão internacional: eles haviam seqüestrado o então embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, que havia sido interceptado e retirado à força de seu carro oficial quando ia de casa para o trabalho, sendo levado para um casarão que ficava no Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Os seqüestradores, que aqui eram incluídos o atual comentarista político da Rede Globo de Televisão, Franklin Martins, e o deputado federal Fernando Gabeira, exigiram a imediata libertação de 15 presos políticos e a divulgação de uma nota na imprensa no qual desabonavam o governo atual. Dois dias depois a transação era completada, com os militares cedendo à pressão e trocando 15 presos políticos – que foram imediatamente exilados no México – pela vida do embaixador norte-americano. O Alto Comando das Forças Armadas considerou aquela ação um verdadeiro tapa na cara e um convite aberto ao endurecimento e ao jogo bruto.<sup>62</sup>

Médici, então, convencido que a presidência seria uma missão, aceitou o encargo, exigindo apenas que, para assumir plenamente a presidência, o Congresso Nacional deveria

---

<sup>61</sup> Lucas Figueiredo, *op. cit.*, p. 183

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 184

ser reaberto, no que foi prontamente atendido e, assim, através da eleição indireta, assumiu a Presidência da República em 30 de outubro de 1969.

O governo de Médici foi conhecido popularmente como ‘os anos de chumbo’ por conta da intensa e brutal atividade repressora promovida contra potenciais adversários do regime militar, sendo estes comprovadamente de orientação comunista ou não, também, na parte econômica foi responsável por outra façanha: o ‘Milagre Econômico brasileiro’.

Foi o governo militar que mais utilizou a propaganda como arma política de dissuasão das massas, associando patriotismo ao apoio regime militar. É desta época a famosa campanha publicitária cujo *slogan* dizia: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Um fato curioso do governo Médici foi ter colocado como Presidente do Congresso Nacional e do partido pró-governo, o então senador Filinto Muller, conhecido personagem oriundo da Coluna Prestes, do Estado Novo e da Era Vargas, quando chefiou a Polícia Política que atuava no Rio de Janeiro.

No plano econômico, o chamado ‘milagre econômico’, com seu crescimento recorde (cerca de 7% ao ano), inflação baixa e muitos projetos ‘faraônicos’ saindo do forno do governo, tomavam cor e forma, principalmente pelo ideário que havia se iniciado ainda no governo de Costa e Silva a respeito da evolução natural do país, preconizada ali como ‘Brasil Grande Potência’, onde, esperava-se com isso, causar repercussões a nível internacional.<sup>63</sup> Como exemplos, podemos começar com a Transamazônica, que em seu planejamento original seria uma mega-rodovia que cortaria a floresta amazônica, tendo cerca de 8.000 quilômetros de extensão e seus propósitos seriam conectar a região Norte à região Nordeste do país, além de ligar o Brasil ao Peru e também ao Equador, no mesmo tempo em que isso facilitaria o povoamento da região, pois estrategicamente era vital assegurar por todos os meios que a região amazônica brasileira se mantivesse à salvo de quaisquer perigos externos. A Transamazônica fracassou por motivos que variam da ilusão que a falsa saúde econômica brasileira proporcionou, à total falta de planejamento logístico para a execução do projeto, pois um dos problemas-chave foi o isolamento dos trabalhadores, que ficavam completamente isolados por meses, fazendo com que muitos perdessem suas vidas no meio da floresta ao contraírem doenças tropicais oriundas de animais silvestres e do próprio ambiente. A rodovia possui cerca de 2.300 quilômetros de extensão, nascendo no município de Cabedelo, na Paraíba, sendo que a maior parte da rodovia não é pavimentada, tornando-se praticamente intransitável no período das chuvas. Foi finalizada a construção da Ponte Rio - Niterói, ou como é chamada oficialmente, Ponte Costa e Silva, e muitos incentivos fiscais foram

---

<sup>63</sup> Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, p. 383

concedidos para a indústria e também para os agricultores, tudo em nome da excelente fase econômica que o país atravessava. As estrelas políticas do período eram os Ministros da Fazenda, Delfim Netto e André Pécora e o dos Transportes, Mário Andreazza. O apelo pelo desenvolvimento urgia a finalização da Usina de Itaipu, que desde a década de 60 vinha sendo negociada pelo regime militar com o Paraguai. Juracy Magalhães, chanceler brasileiro no governo de Castelo Branco encontrou-se com seu colega paraguaio, Sapena Pastor e, no dia 22 de junho de 1966 assinaram a ‘Ata do Iguaçu’, documento que era uma declaração conjunta que manifestava a vontade de estudar os meios para se aproveitar os recursos hídricos que o rio Paraná concedia aos dois países. Em 1970, uma empresa norte-americana, a IECO e uma italiana, a ILC, vence a concorrência internacional para a realização dos estudos necessários a descobrir a viabilidade dos recursos hídricos da região e para, também, elaborarem o projeto da obra. Ainda no campo diplomático, em 19 de outubro de 1979 deu-se a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, no qual ficou evidente o temor argentino de que, em caso de um conflito bélico com os brasileiros, estes poderiam abrir as comportas, inundando a capital argentina, Buenos Aires, além, é claro da natural perda de influência que a Argentina teria sobre o Paraguai, que se deslocaria mais para a esfera brasileira.

### **2.5.1. A Política Externa de Médici**

A diplomacia do governo Médici foi pautada para ser um instrumento do expansionismo econômico brasileiro, onde buscou o consenso através da própria complexidade do Brasil, procurando caminhos e rotas que evitassem a natural ‘desordem’ do capitalismo internacional e suas regras de comércio e finanças, onde no final resultavam apenas na estratificação do poder e da riqueza.<sup>64</sup>

Dessa forma, a diplomacia brasileira voltou sua atenção para os povos mais atrasados, compondo com eles nos fóruns internacionais, recusando-se em aceitar que os países do rico Norte não aceitassem novos membros em seu exclusivo clube de ricos. Pois desde 1967, os presidentes e seus chanceleres expressavam esses objetivos em seus pronunciamentos políticos.

Aos formandos do Instituto Rio Branco, no ano de 1970, Médici apontava que “nosso país se recusa a crer que a história se desenvolve necessariamente em benefício de uns e em

---

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 384

prejuízo de outros” e, diante da ESG, onde anualmente a Chancelaria prestava suas contas, o então Ministro das Relações Exteriores de Médici, Gibson Barbosa, reconhecia que a política exterior brasileira se guiaria exclusivamente pelo seu interesse nacional. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno relatam que dois anos mais tarde, em 1972, o chanceler

Gibson Barbosa formularia cinco funções para a política externa brasileira: a) provocar mudança nas regras de convivência internacional e na cristalização do poder; b) usar o poder nacional decorrente do crescimento em favor dos povos que aspiram ao progresso; c) auxiliar a implantação da nova ordem econômica internacional, até mesmo como requisito da paz, que não resulta da manutenção do *status quo* e do equilíbrio de poder; d) manter ativa solidariedade com os povos em via de desenvolvimento; e) ampliar em extensão e profundidade o universalismo da ação externa.<sup>65</sup>

No entanto, o poder de barganha nacional no cenário internacional foi bastante limitado, pois ao redirecionar o eixo de atuação da diplomacia brasileira como suporte hemisférico dos Estados Unidos no conflito essencialmente da Guerra Fria (Leste-Oeste) para a abertura e inclusão dos países não-alinhados e do chamado Terceiro Mundo (Norte-Sul) acabou por colocar o Brasil, em alguns momentos, em rota de colisão direta com a potência hegemônica capitalista, fazendo com o que o país saísse, então, em busca de novas alternativas, já que as presentes lhe eram insuficientes devido às próprias particularidades do período, tanto interna quanto externamente.<sup>66</sup>

Médici governou o Brasil até 15 de março de 1974, quando foi substituído por Ernesto Geisel. Ao deixar a Presidência, afastou-se completamente da vida pública, declarando, por fim, que era contra à assinatura da anistia política concedida por Figueiredo. Morreu no Rio de Janeiro em 9 de outubro de 1985, aos 79 anos.

---

<sup>65</sup> *Idem*

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 399

### 3. A Abertura Política Lenta e Gradual (1974-1985)

O Regime Militar começou a sentir os primeiros baques em meados da década de 70. Segundo David Maciel, a etapa inicial da transição do Regime para a Nova República abarcou dois períodos distintos: o início do governo de Ernesto Geisel, em março de 1974 e o lançamento do Pacote de Abril, em 1977.<sup>67</sup>

No primeiro momento, o governo Geisel iniciou o longo processo de quase dez anos de reabertura política sem ao menos desmontar os mecanismos autoritários, ao invés disso, apenas dinamizou as ferramentas de representação política, que aliás, eram todas previstas pelas leis em vigor, liberando eleições parlamentares, a ação dos partidos e dando espaço mais atuante ao Poder Legislativo.<sup>68</sup>

A chamada ‘distensão’, como ficou conhecida as primeiras medidas de abertura política de Geisel, deram-se exclusivamente por causa da crise que sobreveio ao ‘milagre econômico’.

Enquanto isso, os Estados Unidos se refaziam da grave crise política que derrubara Nixon, empossando Gerald Ford para completar seu mandato até 1976, onde nas eleições se sairia vencedor Jimmy Carter.

#### 3.1. Gerald Rudolph Ford (1974-1977)

Nascido em Omaha, no estado do Nebraska em 14 de julho de 1913, Gerald Ford fora o quadragésimo vice-presidente e o trigésimo oitavo presidente dos Estados Unidos. Caso único na política norte-americana, não foi eleito para nenhum desses dois cargos, pois da ocasião em que se tornou vice-presidente, o fez substituindo Spiro Agnew, que renunciara devido a escândalos envolvendo sua pessoa durante a administração de Richard Nixon e o mesmo ocorreu com Nixon, dessa vez por conta do Caso Watergate, colocando Ford na presidência.

Como Nixon, Ford também estudou Direito na Universidade de Yale e, durante a Segunda Guerra Mundial, serviu na Marinha norte-americana como capitão-de-corveta. Entrou para a vida política quando regressou da guerra, sendo eleito pelo partido republicano para o Congresso representando o condado de Grand Rapids, cidade de Michigan. Construiu

---

<sup>67</sup> David Maciel. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república 1974-1985*. São Paulo: Xamã, 2004, p.85

<sup>68</sup> *Idem*

uma sólida e bem aclamada carreira política por 25 anos, conquistando uma reputação de bastante integridade pessoal. Atuou como líder da minoria republicana na Câmara entre os anos de 1965 e 1973.

Assumiu a presidência em 9 de agosto de 1974. No discurso de sua posse, declarou: "Eu assumo a presidência sob circunstâncias extraordinárias... Este é um momento da história que perturba nossas mentes e fere nossos corações"<sup>69</sup>, evidenciando seu pleno conhecimento das circunstâncias únicas que haviam sido postas em marcha para que ele chegasse à presidência dos Estados Unidos.

Em seu governo, Ford agiu com segurança e independência, montando uma equipe ministerial própria e contrariando a opinião pública ao conceder ao ex-presidente Richard Nixon a anistia total, pois acreditava que muitos danos já haviam sofrido as instituições democráticas norte-americanas, terminando de vez com a polêmica Watergate que persistia até então.

A primeira meta como presidente que Ford comprometeu-se foi erradicar a crescente inflação que dominava o país, já que o período indicava uma forte recessão para a economia norte-americana, adotando medidas para conter tal problema e reaquecer a economia. Por conta da inflação, acabou vetando diversas emendas orçamentárias de cunho civil que poderiam agravar a situação do já pesadíssimo déficit nas contas públicas da União. Para se ter uma idéia, apenas nos seus primeiros 14 meses de governo, ele vetou 39 medidas orçamentárias, obtendo em sua maior parte, o apoio do Congresso para que tais vetos permanecessem ativos.

A conjuntura econômica não apresentava um quadro ruim apenas nos Estados Unidos. Tendo a Guerra do *Yom Kipur*<sup>70</sup> como plano de fundo e motivador, a OPEP triplicou o preço que era costumeiramente cobrado pelo barril do petróleo, tal evento ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo e compreendeu os anos entre 1973 e 1975.

Outra medida tomada pelo governo Ford para escapar à recessão foi afrouxar os impostos sobre as empresas, relaxando também o controle das empresas reguladoras sobre suas operações. Ford e as medidas tomadas por sua equipe econômica retirariam os Estados Unidos de sua maior crise econômica desde a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 através da ação estatal direta sobre o mercado.

---

<sup>69</sup> Retirado do sítio <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u42.jhtm> em 7 de junho de 2008

<sup>70</sup> É um dos dias mais importantes da religião judaica. No [calendário hebreu](#) começa no [crepúsculo](#) que inicia o décimo dia do mês hebreu de [Tishrei](#) (que coincide com [Setembro](#) ou [Outubro](#), no calendário gregoriano), continuando até pôr do sol do dia imediato. Os judeus tradicionalmente observam esse feriado com um período de [jejum](#) de 25 horas e orações intenções. Retirado do sítio Wikipédia, localizado em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Yom\\_Kipur](http://pt.wikipedia.org/wiki/Yom_Kipur) no dia 7 de junho de 2008

A política externa do governo Ford, liderada pelo Secretário de Estado Henry Kissinger perseguiria de maneira vigorosa a manutenção do poder e do prestígio norte-americano, pois sua imagem de potência hegemônica estava gravemente abalada após as duras derrotas sofridas por suas tropas na Guerra do Vietnã. Portanto, buscou impedir que uma nova guerra irrompesse no Oriente Médio, através de uma política diplomática que buscou o equilíbrio, priorizando a sua ajuda externa tanto para com Israel, quanto para o Egito, persuadindo-os a buscar o caminho do diálogo e, conseqüentemente uma trégua.

No âmbito da Guerra Fria, Ford manteve os contatos iniciados por seu predecessor com o líder soviético, Leonid Brejnev, onde apesar da continuidade da distensão entre os dois blocos, novos acordos a respeito de limitação de armamento nuclear continuaram ocorrendo.

Apesar de seu governo ter sido inegavelmente correlacionado e considerado como estando à sombra da de seu antecessor, a personalidade e o caráter de Gerald Ford renderam-lhe a nomeação pelo Partido Republicano como seu representante nas disputas eleitorais de 1976, onde seria derrotado pelo democrata Jimmy Carter. Após a derrota, Gerald Ford dedicou-se a combater o alcoolismo de sua esposa, Betty Ford, criando ao lado dela um instituto de combate a drogas e alcoolismo. Faleceu em 26 de dezembro de 2006, aos 93 anos de idade, em seu Rancho Mirage, na Califórnia.

### **3.2. General Ernesto Geisel (1974-1979)**

Ernesto Beckmann Geisel nasceu no município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1908<sup>71</sup>. Era filho de August Wilhelm Geisel e Lídia Beckmann, um casal de alemães que emigrara para o Brasil em 1883, tinha quatro irmãos, Henrique, Amália, Bernardo e Orlando, dos quais Henrique e Orlando também seguiriam carreira militar, chegando ao generalato. Orlando Geisel integrou o governo de Emilio Garrastazu Médici como seu Ministro do Exército.

A formação acadêmica e militar de Ernesto Geisel não fugiu ao padrão educacional de seus predecessores. Como eles, iniciou seus estudos no Colégio Militar de Porto Alegre, destacando-se como o primeiro de sua turma, lá permanecendo entre os anos de 1921 e 1924. Em 1928 partiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Arma da Artilharia na Escola Militar de Realengo, repetindo o desempenho que obteve no Colégio Militar e graduando-se como o melhor da turma em que esteve. Dez anos mais tarde passaria pela Escola de Aperfeiçoamento

---

<sup>71</sup> Como Castelo Branco, Geisel também teve seu registro de nascimento atrasado em 1 ano para poder adentrar o Colégio Militar de Porto Alegre. A data correta de seu nascimento, portanto, é 3 de agosto de 1907



de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior do Exército entre os anos de 1941 e 1943. Enquanto muitos de seus companheiros de farda e de golpe seguiam junto à FEB para as campanhas brasileiras na Itália em decorrência da Segunda Guerra Mundial, Geisel foi enviado, em 1945, para o conceituado *Army Command and General Staff College*, em *Fort Leavenworth*, no estado do Kansas, Estados Unidos.

Ernesto Geisel teve uma vida militar e política bastante ativa. Quando a Revolução de 1930 explodiu, Geisel apoiou Vargas na implementação de seu Estado Novo. Em 1931 foi nomeado chefe do Departamento de Segurança Pública e, depois, secretário-geral do governo do estado do Rio Grande do Norte. No ano seguinte combateria as forças que fizeram a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Foi nomeado secretário estadual de Fazenda e Obras Públicas da Paraíba entre 1934 e 1935, quando retornou ao Rio de Janeiro para ajudar a reprimir a fracassada tentativa de Luiz Carlos Prestes de repetir a Revolução Russa de 1917 no Brasil. Enviado ao Recife, Geisel sufocou uma revolta que visava derrubar o interventor federal no estado de Pernambuco. Em 1946 assumiu a Secretaria Geral do CSN, onde permaneceu até 1947, ocasião em que foi nomeado adido militar brasileiro junto à embaixada brasileira no Uruguai, permanecendo nesse posto até 1950. Retornando ao Brasil, foi escolhido como adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas no biênio 1950-1952, foi membro permanente da ESG entre 1952 e 1954 e comandante do Regimento Escola de Artilharia no ano 1955, onde também este ano exerceu o cargo de sub-chefe do Gabinete Militar no governo Café Filho e a superintendência-geral da Refinaria Presidente Bernardes, localizada em Cubatão, estado de São Paulo, até 1956. Foi chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército entre os anos de 1957 e 1961, no mesmo ano de 61 ocupou a chefia do gabinete do ministro da Guerra, general Odílio Denis e, logo depois da renúncia de Jânio Quadros, o Gabinete Militar do presidente interino Ranieri Mazzilli, onde acabou acumulando, também, a função de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo, ainda em 1961 foi nomeado para assumir o Comando Militar de Brasília e da 11ª Região Militar. Entre 1962 e 1963 assumiria interinamente a 5ª Região Militar. Participou ativamente do movimento militar que derrubaria João Goulart em 1964, sendo nomeado para a chefia do Gabinete Militar do novo presidente, Castelo Branco, entre os anos de 1964 e 1967. Nesse ínterim, foi promovido a general-de-exército em 1966. Em 1967 seria ministro do STM até 1969 e, de 1969 a 1973 comandaria a Petrobrás. Através dos dispositivos criados e mantidos pelo Regime Militar, seria eleito Presidente de forma indireta,

onde a partir de 15 de março de 1974 assumiria a Presidência da República, substituindo Médici.<sup>72</sup>

Assim, o governo de Geisel pode ser caracterizado, segundo indicaria o próprio presidente, como um processo a que ele chamou de “uma distensão lenta, gradual e segura, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país”. Antigas preocupações de todos os governos militares, como binômio desenvolvimento e segurança nacional, formulados criteriosamente pela ESG seriam mantidos pelo seu governo, que acabou, também, sendo marcado pela convivência paradoxal de uma tendência política liberalizante e a atuação de todos os órgãos de segurança e repressivos que foram implantados com Castelo Branco em 64. Uma das fórmulas da distensão utilizada pelo governo Geisel, estava a permissão para que os partidos pudessem fazer uso, novamente, da propaganda eleitoral, banida desde 1968 com a edição do AI-5. Assim, os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado acabaram obtendo uma vitória expressiva nos principais estados do país. David Maciel aponta que o MDB conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado e que de acordo com dados do TSE, as cadeiras do Arena caíram de 223 para 203, enquanto o MDB praticamente dobrou sua representação na Câmara, indo de 87 para 161 cadeiras, assim, a queda da Arena só não foi maior por que naquelas eleições de 1974 por que houve um acréscimo no número de deputados federais, que subiram de 310 para 354.<sup>73</sup>

David Maciel, ainda relatando o processo eleitoral de 1974 nos informa que

Após o pleito, o governo fez uma avaliação positiva do processo eleitoral, procurando demonstrar a vitória política e a justeza do projeto de distensão. Em comunicado oficial, o governo considerava que a derrota da Arena já era relativamente esperada – devido às dificuldades econômicas e às divisões do partido governista –, reafirmava que as mudanças políticas ocorreriam naturalmente – e não por pressões resultantes do pleito –, e demonstrava preocupação com a hostilidade que a oposição e alguns eleitos viessem a assumir diante do governo, gerando reações contrárias. A tentativa de enquadrar a ação do MDB nos limites da “oposição”, e não da “contestação”, já havia sido anunciada antes mesmo da eleição, com a proposta de não-radicalização da campanha feita por setores da Arena identificados com a distensão, como o deputado Célio Borja. Em seu pronunciamento de fim de ano, Geisel reafirmou essa perspectiva, ao declarar que os resultados eleitorais não aconselhavam a eliminação da legislação de exceção, acionada sempre que necessário. Porém, foi além, considerando

<sup>72</sup> Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República, localizado em [http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=30](http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/crapp_site/presidente.asp?rqID=30) e retirado em 7 de junho de 2008

<sup>73</sup> David Maciel, *op. cit.*, p. 103

que as eleições reforçavam o bipartidarismo, como instrumento de canalização das aspirações populares, desautorizando as propostas de criação de novos partidos oriundas de políticos governistas, como Daniel Krieger.<sup>74</sup>

No início de 1974 o regime completava dez anos de idade e, com esses dez anos, expirava o prazo da suspensão dos direitos políticos dos primeiros personagens cassados e exilados pelo AI-1, figuras proeminentes do cenário político e da história nacional, como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros estavam livres para retornar ao país. Em 1975, o jornal O Estado de São Paulo teve sua censura prévia revogada. Elio Gaspari comenta que o processo de distensão iniciado por Geisel dera um importante passo à frente, pois pela primeira vez desde a edição do AI-5 que a ditadura reduziria seu raio de ação, abrindo mão publicamente de um claro instrumento de arbítrio. O Chefe de Gabinete de Geisel, o general Golbery do Couto e Silva, acreditava que seria melhor assim, pois havia anos que sustentava que o fim da censura ao *Estadão* não libertaria, de uma hora para outra, as forças incontroláveis do liberalismo, dizendo que: “Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu”.<sup>75</sup>

Entretanto, as medidas liberalizantes não se aplicaram aos recuos e acessos autoritários típicos dos ‘anos de chumbo’ de Médici. Foram registrados casos de repressão às organizações clandestinas e ao PCB, evidenciando-se, em muitas ocasiões, dos dispositivos do AI-5. Um dos momentos mais tensos e marcantes em relação à fase repressiva do governo Geisel esta no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog em circunstâncias dúbias dentro das dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975. Vladimir Herzog, ou Vlado, como era comumente conhecido, havia retornado à TV Cultura de São Paulo apenas há dois dias e, sem participar da decisão sobre a programação, a Cultura exibiu um documentário inglês de 7 minutos a respeito do falecido líder comunista vietnamita Ho Chi Minh. A reação dos militares foi rápida e imediata. Rapidamente expediram um mandato para que Vladimir Herzog desse explicações aos policiais do regime. Vlado não viu problemas e, apenas pediu para comparecer às dependências do DOI-CODI na manhã seguinte, devido ao fechamento da edição do jornal que seria veiculado naquela noite. Surpreendentemente, os policiais que foram à TV Cultura deter Vlado aceitaram com que ele se apresentasse na manhã seguinte. O problema, segundo Elio Gaspari era que

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 110

<sup>75</sup> Elio Gaspari. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 21

(...). Até as pedras sabiam que militava no PCB. Fosse qual fosse o partido em que militasse, isso teria pouca importância. Não desenvolvia atividade clandestina, nem era propriamente um quadro. Vivera dois anos na Inglaterra, trabalhando na BBC, e levava uma vida pacata, com mulher e dois filhos pequenos. Tipo reflexivo, mais preocupado com a cultura do que com a política, seus sentimentos eram maiores que as paixões. O negócio dele era cinema, música e teatro. Na juventude, chegara a aceitar uma figuração, no papel de soldado romano, para assistir uma ópera no Municipal.

Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão [PCB]. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.<sup>76</sup>

A morte de Herzog dentro de uma dependência do regime militar gerou ondas e ondas de protestos e manifestações públicas contra o regime militar. No ato ecumênico dirigido por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, o rabino Henry Sobel, e Dom Paulo Evaristo Arns, o Arcebispo de São Paulo, uma verdadeira multidão lotou a Catedral e a Praça da Sé. Elio Gaspari diria que

A multidão calada e ativa se dissolveu na praça. Levava consigo um sentimento de superioridade, de civilização.

Na Praça da Sé, naquela tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo que procurava na anarquia um pretexto para a própria afirmação.<sup>77</sup>

Em 1976, a morte do operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local e nas mesmas condições de Vlado Herzog foi encarado como um ato de desafio ao governo, desafio este que não seria tolerado. Geisel exonerou o general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército, aprofundando o confronto existente entre o governo e os militares da linha-dura que eram contra o processo de abertura do regime. Em 1977 foi fechado o Congresso Nacional por 14 dias devido a uma recusa na aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário, que fora enviada pelo governo. Assim, o governo lançou o chamado ‘Pacote de Abril’, o qual tinha a finalidade de garantir a maioria no Congresso através de uma série de medidas, das quais é claramente destacada a de manutenção das eleições indiretas para governadores, a

<sup>76</sup> Elio Gaspari, *op. cit.*, p. 174

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 199

eleição de forma indireta para um terço dos membros do Senado, resultando na criação do folclórico ‘senador biônico’, ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos. Em outubro de 1977, Geisel demitiu seu ministro do Exército, o general Silvio Frota, que era um dos altos representantes da ala dura do Exército e cuja candidatura para ser o sucessor de Geisel vinha sendo articulada e cuidadosamente preparada para, que assim, o projeto da distensão e o processo da reabertura do regime chegasse ao seu termo. Treze anos após aquela noite de abril de 64 e da declaração do general Costa e Silva de que “iria assumir essa coisa toda”, Geisel com o ato da exoneração do general Silvio Frota, acabaria por restabelecer a autoridade constitucional do Presidente da República sobre as Forças Armadas.<sup>78</sup>

Como política econômica, Geisel formulou o II Plano Nacional do Desenvolvimento, que buscava investimentos para o setor energético e de indústrias de base, procurando com isso, adequar a economia brasileira frente à crise internacional do petróleo, protegendo o estágio de desenvolvimento industrial que havia sido alcançado no país, para também reduzir a ação do capital estrangeiro em setores chaves da parte infra-estrutural brasileira. Lançou então, em 1975 o Programa Nacional do Álcool, chamado Próalcool e procurou assinar o acordo nuclear com a Alemanha, que voltarei a falar com em maiores detalhes mais a frente. Ainda no problema gerado pela crise energética do petróleo levou Geisel a assinar contratos considerados de alto risco entre a Petrobrás e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo em território brasileiro. Com o fim do seu governo se aproximando, em 1978, os principais problemas econômicos que o Brasil enfrentava continuavam sendo o aumento das taxas de inflação e a dívida externa gerada para o patrocínio do ‘Brasil Grande’ e seu ‘milagre econômico’.

### **3.2.1. Aspectos da Política Externa no Governo Geisel**

Desde o governo de Costa e Silva que a diplomacia brasileira buscava caminhos mais pragmáticos, se guiando por parâmetros éticos, onde sua conduta externa acabou sendo caracterizada como um método de ação, pois a idéia central era a de que a economia ditaria os rumos pelo qual a política externa brasileira se pautaria, tendo no Estado seu principal articulador dos processos produtivos a fim de, que com o aumento desse comportamento pragmático, a resultante implicaria, invariavelmente, num aumento significativo da sua

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 481

autonomia e, conseqüentemente, os ganhos advindos seriam mais concretos e substanciais para o país.<sup>79</sup>

O governo exercido pelo presidente Geisel, então, mudaria sensivelmente a orientação de sua política externa, saindo do alinhamento automático com os Estados Unidos, priorizando, a partir de então, a ampliação de seus relacionamentos diplomáticos e comerciais com outras regiões do globo, como a África, a Ásia e a própria Europa.

Um dos casos emblemáticos no governo Geisel que ilustram bem essa política, foram as negociações junto ao governo da Alemanha Ocidental para a obtenção da tecnologia nuclear para fins pacíficos e econômicos.

Em 27 de junho de 1975, o Brasil assinaria o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o que acabou precipitando um estremecimento nas relações entre Brasil e Estados Unidos e Estados Unidos e Alemanha. Ficava claro os papéis que cada um desses atores representava no sistema internacional: uma potência nuclear (Estados Unidos), uma país altamente industrializado e exportador de tecnologia nuclear (Alemanha) e um país em vias de desenvolvimento, querendo importar o acesso a essa mesma tecnologia nuclear (Brasil).<sup>80</sup> Dessa forma, o problema reconhecido girava em torno de questões de natureza política e econômica e as prioridades de cada um dos países envolvidos no acordo celebrado entre Alemanha e Brasil. Christian Lohbauer comenta que os Estados Unidos tentavam, repetidamente, estabelecer uma espécie de controle a respeito da proliferação de tecnologias de uso nuclear, de forma muito semelhante a que estava acostumado quando era líder incontestado no fornecimento de reatores de água leve e de urânio enriquecido como fonte renovável de combustível.<sup>81</sup> Somando esse entrave à necessidade de uso comercial rentável dessa tecnologia para enfrentar o período de retroação que passava a Alemanha. Já os brasileiros necessitavam do acordo de transferência de tecnologia do uso e implementação de usinas nucleares para assegurarem sua base energética afim de manter seu crescimento industrial a longo prazo ao mesmo tempo em que, estrategicamente, reduziria sua dependência nas esferas política e econômica frente às potências externas. O acordo foi levado a cabo, e em 2 de maio de 1975 o governo federal alemão apresentaria em Londres e em Washington o Acordo de Não-Proliferação de Armas Atômicas e uma cópia do acordo comercial realizado entre os dois países, onde em seu artigo 2º lia-se claramente que os dois governos reconheciam os princípios que regiam o TNP e que o acordo tinha fundamentos

---

<sup>79</sup> Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da política externa do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 386

<sup>80</sup> Christian Lohbauer. *Brasil Alemanha 1964-1969: fases de uma parceria*. São Paulo: EdUSP, 2000, p. 65

<sup>81</sup> *Idem*

puramente econômicos e científicos. Com essa atitude, os alemães sinalizavam três dias antes da conferência de revisão do TNP, em Genebra que não tinham a menor intenção de desrespeitar o TNP ao mesmo tempo em que demonstrava, pela data escolhida para o envio da documentação, de que a Alemanha não aceitaria que eventuais adições ao corpo do tratado pudessem prejudicá-la comercialmente em transações de transferência de tecnologia alemã em concorrências internacionais. Finalmente, o acordo seria fechado por que incluía a garantia de que toda a tecnologia para a obtenção do ciclo de enriquecimento de urânio seria transferida para o Brasil, deixando para os brasileiros a desconfiança pela comunidade internacional de que essa tecnologia seria utilizada para a criação da bomba atômica tupiniquim, desconfiança que durou até a década de 1990.<sup>82</sup>

Ainda na política externa, o governo Geisel seria o primeiro país a reconhecer o novo governo português após a queda do ditador Salazar, em 1974. Reatou as relações diplomáticas com a República Popular da China e estabeleceu embaixadas em Moçambique, Guiné Equatorial e em relação a Angola, Elio Gaspari comenta que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o novo governo angolano antes mesmo que o bloco socialista, que ajudou com material bélico e pessoal, na sua independência. Nenhuma das grandes nações ocidentais e nem sequer alguma africana acompanhou o solene momento em que a bandeira colonial portuguesa foi retirada. Ítalo Zappa, diplomata encarregado da seção da África, Ásia e Oceania do Itamaraty declarou que aquele fora o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos trinta anos.<sup>83</sup>

Como um dos últimos e, provavelmente, o mais grandioso de seus atos políticos dentro do plano interno, Ernesto Geisel revogou o AI-5 em 31 de dezembro de 1978, dando o passo decisivo no processo que redemocratizaria o país dali a alguns anos. Fora da Presidência da República, assumiu a presidência da Norquisa-Nordeste e também, na qualidade de presidente da Norquisa, a Copene.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996, com 89 anos de idade.

### **3.3. James Earl Carter (1977-1981)**

Conhecido como ‘Jimmy’ Carter, o trigésimo nono presidente dos Estados Unidos nasceu em 1º de outubro de 1924, na cidade de Plains, na Geórgia. Membro de uma família seguidora da religião batista e com fortes interesses no setor agrícola, através da cultura do

---

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 66

<sup>83</sup> Elio Gaspari, *op. cit.*, p. 148

amendoim, Carter prosperou bastante nesta área antes de ingressar na carreira política. Após sua formação pela Academia Naval de Annapolis, em Maryland, onde saiu como oficial da Marinha norte-americana, foi um dos pioneiros na construção de submarinos movidos a energia nuclear. Em 1952, foi enviado ao Canadá para trabalhar em conjunto com uma equipe que deveria ajudar a desmontar um reator que, acidentalmente, derreteria. Chegando lá, executou o serviço em noventa segundos, que é o máximo de tempo em que o corpo humano pode ficar exposto à radiação.<sup>84</sup> Carter casou-se com Rosalynn Carter e desta união teve quatro filhos: John William, James Earl II, Donnel Jeffrey e Amy Lynn.

Ao adentrar a carreira política, antes de ser eleito presidente, foi governador de seu estado natal, a Geórgia, entre os anos de 1971 e 1974. Quando das eleições presidenciais de 1976, Carter venceu Gerald Ford por uma pequena diferença, tanto pelo voto popular quanto pelos votos do Colégio Eleitoral.

A natureza religiosa de Carter marcou seu governo por sua militância para tentar introduzir uma dimensão mais moral na política mundial, através do respeito aos direitos humanos. Para isso, chegou a exercer pressões diplomáticas e econômicas em diversos países de orientação autoritária, incluindo-se aí a própria União Soviética, para que houvesse um maior respeito aos direitos do homem. Agindo da mesma forma, acelerou a queda das ditaduras da Nicarágua, Filipinas e Irã. Mediou o primeiro acordo de paz entre Israel e um país árabe. O Acordo de Camp David, em 1978 selou uma paz entre Israel e Egito que persiste até os dias de hoje, pois devolveu aos egípcios a península do Sinai, que estava sob o controle das tropas israelenses desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Menagem Begin, primeiro-ministro israelense e Anwar Sadat, presidente do Egito à época receberiam o Prêmio Nobel da Paz por conta deste acordo.

Melhorou as relações com a China, assinou o tratado SALT II sobre o controle de armas com Moscou. Assinou com o Panamá um acordo ao qual os Estados Unidos devolveriam o controle do canal no ano 2000, além de ter melhorado as relações com Cuba, chegando ao ponto de ser aberto seções diplomáticas em Washington e Havana, além da concessão da permissão para cidadãos norte-americanos visitarem a Ilha. Historiadores acreditam que o fato que culminou para que Carter perdesse a reeleição para Reagan em 1980 foi a inabilidade de Carter em resolver o caso do seqüestro dos funcionários da embaixada norte-americana em Teerã, onde ficaram presos por 14 meses.

---

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 370



### 3.3.1. O Relacionamento com o Brasil

O ativismo humanitário de Jimmy Carter colocava a nova administração norte-americana naturalmente em direção contrária ao regime instalado em Brasília. Com menos de quinze dias no governo, mandou informar que queria o cancelamento imediato do Acordo Nuclear que o governo de Geisel tão minuciosamente estava trabalhando para concretizar.<sup>85</sup>

John Crimmins, embaixador norte-americano no Brasil, comemorou o resultado, aproveitando para falar coisas que nem mesmo seu antecessor à época do golpe de 64 ousara dizer a Goulart: “Quando os governos deixam de satisfazer aos propósitos para os quais foram criados, ou negam os direitos inalienáveis dos cidadãos aos quais devem a sua razão de ser, eles podem ser mudados ou, em ultima instância, depostos.”<sup>86</sup>

De uma hora para outra o comportamento do governo norte-americano para com os militares brasileiros mudou. Gaspari comenta que

Para os militares que haviam derrubado Goulart, a conduta de Carter era incompreensível. Combatiam na Guerra Fria ao lado dos americanos. Tinham derrotado o terrorismo e as guerrilhas comunistas, estavam abrandando o regime e, de uma hora para outra, sentiam-se isolados, confundidos com Pinochet. Viam como excentricidade aquilo que viria a ser uma profunda mudança de rumo da política americana.<sup>87</sup>

O dia 4 de março seria um dia onde as relações Brasil - Estados Unidos sofreriam um dos abalos mais sérios de sua história diplomática recente. Neste dia, o conselheiro político da embaixada norte-americana foi ao Itamaraty cumprir uma formalidade de seu governo. Tratava-se de um relatório ao qual era analisado a situação dos direitos humanos em qualquer país que recebesse ajuda militar dos norte-americanos. Era um relatório de uso interno, mas era concedido ao Congresso norte-americano o poder de divulgá-lo ou não. Assim, para evitar que o conteúdo vazasse no fim de semana, nos Estados Unidos, o embaixador John Crimmins resolveu enviar o texto para o Itamaraty ainda naquela sexta-feira. O presidente Geisel não gostou do tom do relatório, devolvendo-o à embaixada norte-americana no fim do mesmo dia e, assim, convocou o embaixador John Crimmins ao Itamaraty no dia seguinte, onde mandou entregar uma nota contendo a mensagem de que o governo brasileiro estaria rejeitando, a

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 374

<sup>86</sup> *Idem*

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 380

partir daquele momento, qualquer assistência militar que dependesse direta ou indiretamente do julgamento do governo norte-americano em assuntos que eram da exclusiva competência brasileira. Como se não bastasse, uma semana depois Crimmins foi novamente chamado ao Itamaraty, para informá-lo da decisão do governo brasileiro de denunciar toda a legislação que regulamentava as relações de cooperação militar com os Estados Unidos. Assim, chegou ao termo o Acordo de Assistência Militar de 1952, foi fechada a sede da Comissão Militar Mista, que funcionava no Rio de Janeiro e também terminou o programa de intercâmbio militar, pelo qual as Forças Armadas norte-americanas treinaram mais de 8.500 militares brasileiros entre os anos de 1970 e 1975. Em termos de praticidade, o fim desses acordos militares não passava de retórica. Por exemplo, esse Acordo Militar surgiu do fracasso de uma negociação ao qual os norte-americanos solicitavam ao governo Vargas o envio de uma divisão de infantaria brasileira para ajudar os norte-americanos na Guerra da Coréia e, passados 25 anos deste fato, o acordo se transformou numa nulidade.<sup>88</sup>

Desde 1970 que o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos acreditava que o Brasil não corria nenhum risco que justificasse ajuda de caráter militar de forma ostensiva. Assim, entre os anos de 1966 e 1972 o que foi visto foi uma gradual redução da representação militar norte-americana no Brasil para 47%, chegando a cogitar o corte de pessoal de 60 para apenas 25 pessoas o contingente que era mantido locado no Rio de Janeiro. Em termos econômicos, os Estados Unidos haviam fornecido, de 1972 em diante, cerca de 31 milhões de dólares em armas e 710 mil dólares com treinamento de militares brasileiros.<sup>89</sup>

Mas apesar desse problema todo, o Brasil manteria sua Comissão de Compras em Washington, as manobras e treinamentos navais conjuntos também prosseguiriam, assim como o intercâmbio entre as escolas de comando e estado-maior dos dois exércitos, além, é claro, da cadeira de Português na Academia Militar de West Point.<sup>90</sup>

Outro ponto de grande desgaste entre Jimmy Carter e Geisel se daria por conta da visita oficial da Primeira Dama, Rosalynn Carter a diversos países latino-americanos em prol da defesa dos direitos humanos. Sua passagem pelo Brasil e seus encontros com Geisel renderam muitas dores de cabeça para o presidente brasileiro.

Jimmy Carter seria derrotado por Ronald Reagan na disputa presidencial de 1980. Decidiu, então, retornar à Geórgia, onde criou uma instituição de promoção dos direitos humanos, o avanço da democracia pelo globo e a busca por soluções pacíficas para conflitos

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 386

<sup>89</sup> *Idem*

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 387

internacionais, o Carter Center. Devido a sua ascendência moral, Carter teve expressiva participação em diversos conflitos no ano de 1994, onde atuou no conflito do programa atômico norte coreano, na destituição da Junta do Haiti e no acordo de cessar-fogo na Bósnia-Herzegovina. Também foi observador internacional de muitas eleições em países que voltavam ao regime democrático ou que tentavam implantar tal regime em substituição a ditaduras.

### **3.4. General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)**

Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1918. Filho do general Euclides Figueiredo, que foram o comandante da Revolução Constitucionalista de 1932, viveu exilado na Argentina entre os anos de 1932 e 1934.

O início de sua carreira militar se deu em 1928, quando ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, em primeiro lugar. Ao retornar do exílio, em 1935, entrou para a Escola Militar de Realengo, no mês de abril. Seu desempenho, como o melhor aluno fez com que recebesse o espadim diretamente das mãos do Presidente Getúlio Vargas, em 22 de novembro de 1937. No período do Golpe de 1964, Figueiredo foi designado para chefiar a sessão do SNI no Rio de Janeiro, onde chegaria a chefia do órgão em 1974, no governo de Geisel.

Escolhido por Geisel para ser o presidente que completaria o processo de distensão iniciado em 74, Figueiredo foi eleito Presidente da República, por eleição indireta, derrotando o general Euler Bentes Monteiro, prometendo, ao assumir, ‘a mão estendida da conciliação’ e prometendo fazer do Brasil uma democracia, nem que para isso tivesse que mandar ‘prender e arrebentar’ com qualquer um que fosse contra as medidas que redemocratizariam o sistema político nacional.

#### **3.4.1. O Governo Figueiredo e o longo caminho até a reabertura política**

Seguindo os planos da distensão e da reabertura, concedeu anistia plena e irrestrita a todos aqueles que foram exilados do país por conta do regime militar, além de ter permitido, pela primeira vez desde 1965, eleições diretas para governador.

O governo de Figueiredo também foi marcado por uma grave crise econômica que não assolava somente o Brasil, mas o mundo inteiro, por conta das altas taxas de juros internacionais, altos índices recessivos e inflacionários, além da crescente dívida externa brasileira, o que gerou um aumento perceptível da instabilidade social no país. Entretanto, no

último ano de seu governo, conseguiu reverter o quadro recessivo, fazendo com que o PIB atingisse um crescimento na ordem de 7%, com as contas externas e incrementando a independência do mercado nacional do externo, principalmente na área energética do petróleo. O governo encontrou um ponto de equilíbrio devido a várias medidas econômicas tomadas pelo governo dos Estados Unidos, como o Plano Baker, que trocava novos empréstimos a juros condizentes em troca de medidas como a abertura do mercado ao capital externo e de responsabilidade cambial, monetária e financeira. Lançou um programa de incentivo à agricultura, que tinha como *slogan* a frase ‘Plante que o João garante’, criada por Delfim Netto, seu secretário de Planejamento. O programa acabou quebrando muitos produtores pequenos devido a esses incentivos, que tinham como meta modernizar a agricultura brasileira. Porém, foi este programa que além de ter realmente modernizado o setor agrícola, foi o responsável direto pelo Brasil ser uma das maiores forças agrícolas do mundo nos dias de hoje e, também na redução dos preços de alimentos considerados essenciais para a população. Lançou, também, um programa de habitação popular que acabou sendo o maior da história do Brasil, construindo cerca de 3 milhões de casas populares, num montante que superou em quantidade de casas construídas toda a atuação do BNH desde sua criação.

Durante sua administração ocorreu uma série de atentados terroristas atribuídos à linha dura do Exército, que era contra o processo de reabertura, por receio de que ocorressem revanchismos assim que a oposição assumisse o poder. Bancas de jornal e sedes de organizações que defendiam os direitos humanos sofreram ataques à bomba, sendo que destes atentados, o que mais repercutiu na mídia nacional foi o efetuado no Riocentro, em 1985, onde se realizava um show musical com a participação de milhares de jovens. É desconhecido se foi por falta de perícia ou acidente a detonação de uma bomba de alto poder destrutivo dentro de um carro de agentes do governo que estava no local. A explosão matou um sargento e deixou em grave estado um capitão, ambos pertencentes ao Exército. O governo de Figueiredo negou veemente ter conhecimento prévio sobre o incidente, mas a partir desse incidente os atentados cessariam, deixando apenas um dos fatos que mais desmoralizariam o regime militar desde sua instauração, custando o cargo do chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, que fora um dos ideólogos do movimento de 64. Era o prenúncio do fim.

No processo de reabertura ocorrido em 1985, deixou a cargo do PDS a escolha do candidato do governo, que acabou sendo o Paulo Maluf, um candidato que Figueiredo desaprovava. No entanto, quem se sagrou vencedor no pleito, ainda indireto, no Colégio Eleitoral foi Tancredo Neves, que

embora fosse do partido da oposição, acabaria obtendo apoio até do ex-presidente, Ernesto Geisel. Tancredo Neves não viveria para assumir a Presidência da República como o primeiro civil desde 1964. Em seu lugar assumiria seu vice, José Sarney. Figueiredo se recusou a passar-lhe a faixa presidencial na cerimônia de posse ocorrida em março de 1985, por que considerava Sarney um impostor. Figueiredo foi o presidente militar com maior tempo de mandato, permanecendo no poder por seis anos, sendo o quarto mandatário com mais tempo no governo até então. Estava atrás apenas de Getúlio Vargas, com dezoito anos, de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio 'Lula' da Silva, ambos com oito anos de mandato presidencial.

Findo o seu governo, afastou-se definitivamente da vida política deixando a célebre declaração de despedida ao repórter Alexandre Garcia para a agora extinta TV Manchete: "Bom, o povo, o povão que poderá me escutar, será talvez os 70% de brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. E que me esqueçam".

João Baptista Figueiredo faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de dezembro de 1999, com 81 anos de idade.

### **3.5. Ronald Wilson Reagan (1981-1985)**

Ronald Wilson Reagan nasceu no município de Tampico, no estado de Illinois em 6 de fevereiro de 1911, sendo o segundo de dois filhos. No ano de 1924, Reagan começou a freqüentar a *Dixon's Northside Highschool* e teria formação universitária em Economia, já em 1932, pela Universidade Eureka, de Illinois. Após sua formatura, tornou-se locutor esportivo de rádio, onde ficou até passar num teste para um filme, em 1937, onde ganhou seu primeiro contrato em Hollywood. Reagan, pelas próximas duas décadas, totalizaria 53 filmes como ator.

Tornou-se presidente do Sindicato dos Atores, onde começou a se envolver com uma série de disputas em torno da questão do comunismo na indústria cinematográfica norte-americana. De liberal, Reagan passou a apresentar políticas bastante conservadoras, sendo seu porta-voz na televisão. Adentrou a carreira política pelo Partido Republicano, em sua ala mais conservadora, sendo eleito governador do estado da Califórnia, em 1966. Reelegeu-se com uma margem de mais de 1 milhão de votos de diferença de seu oponente, em 1970. No período de seu governo estadual, que foi de 1966 a 1974 reprimiu muitas manifestações estudantis pelas universidades da Califórnia que eram contra a Guerra do Vietnã.

Durante os anos eleitorais de 1968 e 1976 tentou conseguir a aprovação do Partido Republicano para disputar a presidência, mas só conseguiu tal nomeação para as eleições de

1980. O eleitorado norte-americano, então, bastante incomodado com a situação em que o país vivia, conduziu-o à Casa Branca, derrotando o democrata Jimmy Carter e, assim, tornando-se o quadragésimo presidente da história dos Estados Unidos. Logo após assumir a Presidência, Reagan foi vítima de um atentado, onde foi baleado por um jovem, mas reagiu ao incidente com bom humor e espirosidade invejável, rendendo-lhe o dividendo de ter sua popularidade elevada por conta dessa atitude.

Seus atos como presidente contabilizam uma legislação para o corte excessivo de impostos, estímulo do crescimento, numa política econômica que ficaria conhecida como ‘Reaganomics’. Após o período de ajustes, devido às medidas que foram tomadas pela equipe econômica de Reagan, o país reencontrou a marcha do crescimento, tendo sete anos ininterruptos de crescimento econômico, que iria gerar quase 20 milhões de novos postos de trabalho. Fortaleceria os gastos dentro da área de Defesa, o que acabaria por gerar um enorme *déficit* nas contas públicas.

### **3.5.1. A política externa de Reagan para o Brasil e o mundo**

No cenário internacional, Ronald Reagan encontraria em Margaret Thatcher, Primeira-Ministra britânica, a parceira ideal em suas aspirações na política internacional. Reagan e Thatcher repetiriam a dupla Roosevelt e Churchill na década de 80. Reagan, então, passaria a empenhar-se em por em prática uma estratégia global puramente unilateral, procurando recuperar sua hegemonia econômica ao proteger seu mercado de outros centros produtivos competidores em bens de consumo tradicionais e agindo de maneira oposta, pedindo uma maior liberalização no comércio mundial para bens de alto valor agregado. Mergulhando, novamente, no clima de Guerra Fria, Reagan urgiu pela recuperação total de sua capacidade estratégica defensiva e também e ofensiva, mantendo o passo com a União Soviética, através da aquisição de novos fornecedores de insumos básicos e materiais considerados estratégicos, ao mesmo tempo em que deveria assegurar novas fontes de fornecimento externo, devido ao escasseamento de tais materiais em solo nacional norte-americano. Assim, basicamente, sua estratégia global consistia na integração das metas setoriais em conjunto com ideais anti-comunistas presentes no conflito bipolar Leste-Oeste.<sup>91</sup>

Ao olhar para a América Latina, Reagan viu no Brasil um potencial parceiro para execução de suas metas a nível regional e, assim, tratou de eliminar de uma vez por todas dois

---

<sup>91</sup> Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, p. 440

problemas contenciosos que vinham se arrastando desde meados da década de 70, que era o Acordo Nuclear com a Alemanha e os problemas inerentes aos direitos humanos. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno concluem que muitas das concessões feitas ao governo de Figueiredo tinham como o mesmo pano de fundo essa estratégia. O Brasil, então, não reagiu da forma que Reagan esperava, deixando a relação entre os dois países esmorecer no casuísmo típico, hora entrando em choque nos diversos pontos de interesse comuns da economia, política e cooperação.<sup>92</sup>

Os Estados Unidos tinham como meta econômica no Brasil uma série de reinvidicações de teor liberalizante que abarcavam desde a liberalização do mercado de informática às empresas norte-americanas, redução do protecionismo, ampliação de privilégios e direitos destas mesmas empresas em território nacional brasileiro e a renegociação da dívida externa brasileira por conta do liberalismo financeiro internacional. A percepção deixada por essas metas norte-americanas era a de que cada uma dessas imposições feriam gravemente o interesse brasileiro. Em contra-partida, o Brasil esperava que os Estados Unidos pusesse termo ao seu protecionismo em indústrias consideradas obsoletas, incrementasse o apoio financeiro e outros projetos de cooperação, apoio político na renegociação de sua dívida externa junto às instituições financeiras que eram credoras dos brasileiros e mais transparência em relação aos acordos que envolviam *commodities* específicas.<sup>93</sup> Cervo e Bueno comentam que

Como nenhuma das partes atendeu à outra, tudo girava em torno do imprevisto, de avanços e recuos súbitos, exigindo da esfera diplomática e política ouvidos atentos e estado de prontidão permanente. A ninguém interessava, com efeito, a deterioração. Reagan vinha ao Brasil, Figueiredo e Sarney iam aos Estados Unidos – e nada mudava.<sup>94</sup>

Interessava tanto aos norte-americanos o acesso ao mercado brasileiro de informática que era comum haver ameaças de retaliação econômica em produtos da pauta de exportação brasileira aos Estados Unidos, como o aço, produtos têxteis, álcool, açúcar, café e aviões, para dali a pouco tempo oferecer breves concessões nas mesmas mercadorias.

No entanto, os Estados Unidos acabariam por ‘levar a melhor’ devido aos problemas econômicos que o Brasil estava passando devido à inflação e dívida externa, o que freou o

---

<sup>92</sup> *Idem*

<sup>93</sup> *Idem*

<sup>94</sup> *Idem*

crescimento econômico brasileiro, fazendo com que este, por fim, se submetesse para renegociar a questão dos juros de sua dívida externa. Porém, os Estados Unidos abririam, por fim, seu mercado, fazendo com que no comércio bilateral, que durante toda a década de 70 havia sido deficitário para o Brasil, começasse a apresentar saldos favoráveis em 1981 e atingiriam o ápice de 5,2 bilhões de dólares já em 1984. Reagan não descuidou do Brasil, socorrendo o país com empréstimos de emergência sempre que o país necessitou, evitando, com isso, que a experiência do México, que entrou em colapso financeiro, decretando moratória em 1982, se repetisse por aqui.<sup>95</sup>

Na área política, infelizmente, Reagan não encontraria o mesmo apoio, pois a opinião pública brasileira, os próprios políticos e as Forças Armadas já estavam considerando o confronto bipolar como algo arcaico e bastante ultrapassado, como estratégia preponderante nas relações internacionais, já que o próprio governo brasileiro sentia uma simpatia crescente de sua população para com os regimes de orientação esquerdista da Líbia, Nicarágua, Cuba, Angola e Moçambique, sinalizando através de gestos e até de atos sua discordância com a geopolítica de Reagan para esses países. Amado Cervo e Bueno apontam, como exemplo, a condenação à intervenção norte-americana na América Central, o apoio aos regimes de Moçambique e Angola e associou-se com Cuba e com a União Soviética, enquanto mantinha um excelente relacionamento com a Líbia. Para o Brasil, as soluções para os problemas dessas áreas numa possível reforma da ordem internacional deveriam ser enquadradas através dos preceitos do diálogo Norte-Sul e, não mais pelo conflito bipolar Leste-Oeste. No conflito armado em pleno Atlântico Sul entre o moribundo regime militar argentino e os britânicos, o Brasil acabaria por lamentar profundamente o episódio, pois tirava do Brasil suas pretensões de controle sobre aquele espaço, no entanto, a partir da desastrosa aventura argentina, foi possível um entendimento maior em nível bilateral, que se refletiria mais tarde no aprofundamento das relações entre os dois países, propiciando o ambiente para a futura integração regional.<sup>96</sup>

Arrematando esse período entre as relações Brasil-Estados Unidos, Cervo e Bueno concluem:

Em seus cálculos, Reagan não avaliou bem a autonomia da política externa brasileira, a dose de autoconfiança que comportava, a capacidade de mobilização estratégica, e por essas razões não obteve êxito ao pretender associa-la em troca de minguados

---

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 441

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 442



favores. As relações entre os dois países permaneceram nos anos 1980, como nos anos 1970, à espera de propostas substantivas e igualitárias, desprovidas de egoísmos nacionais, para se alçarem ao nível das necessidades e conveniências bilaterais.<sup>97</sup>

Ronald Reagan seria reeleito, por conta da renovação da auto confiança nacional que seu governo ajudou a conquistar, onde no final de sua ‘era’ (1981-1989), o país estaria desfrutando o mais longo período de prosperidade registrado em tempos de paz. Suas realizações no plano internacional renderam-lhe o mérito de ter levado o bloco soviético aos escombros, encerrando com a Guerra Fria, no ato simbólico da destruição do Muro de Berlim, que separava o Leste do Oeste, abrindo um novo panorama nas relações internacionais, pois o direcionamento político se voltava, agora, para o diálogo Norte – Sul. Retirou-se para seu rancho, na Califórnia, onde em 1994, anunciaria que era portador do mal de Alzheimer, uma doença progressiva e degenerativa, comprometedora das funções cerebrais. Por conta deste anúncio, a filha mais velha de Reagan, Maureen, tornou-se porta-voz da Associação de Alzheimer, vindo a falecer em agosto de 2001. O ex-presidente viria a falecer 3 anos mais tarde, aos 93 anos de idade.

### **3.6. Últimas palavras**

Com o término do mandato de Figueiredo, o Brasil reencontraria, ainda que de forma vacilante em seu princípio, o caminho para a democracia representativa plena. Tancredo Neves seria eleito como o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar, mas não sobreviveria para exercer seu mandato, pois na noite de 21 de abril de 1985 viria a falecer, deixando o cargo para seu vice, José Sarney. Ainda que de forma indireta, o movimento ‘Diretas Já’, que tomaria as principais cidades brasileiras em 1984 foi um claro sinal do esgotamento da população em relação aos dirigentes fardados que há duas décadas governavam o país, contribuindo para que, nos dias de hoje, as eleições periódicas seriam o tom da democracia brasileira, uma das mais festejadas e atuantes do mundo atual.

---

<sup>97</sup> *Idem*

## Conclusão

Ao longo do estudo em que nos propomos a fazer, muitas coisas podem acabar direcionando a pesquisa para pontos e caminhos não previstos, fazendo com que, em alguns casos, tome um direcionamento totalmente oposto ao que foi proposto inicialmente, e em outros casos, a um leve desvio, mas mantendo-se ainda correlacionado com o tema inicial.

O caso desta pesquisa monográfica tomou o segundo caminho supracitado. De, inicialmente, ser projetado para ser um trabalho de pesquisa e análise das relações diplomáticas, políticas e econômicas entre dois países, Brasil e Estados Unidos, acabamos vendo sua metamorfose em um estudo sobre como os mandatários desses dois Estados contribuíram para o deterioramento ou reaproximação entre seus governos, ditando a política externa de seus países de acordo com suas ideologias e crenças.

Vimos, no primeiro capítulo, como as forças que regem a política dentro do novo cenário internacional acabaram confluindo para a criação de dois blocos de orientação econômica distintos, acoplando Estados-satélites para si, em franca oposição ao bloco contrário. Foi colocado, como através da tecnologia militar alcançada estes blocos jamais poderiam entrar em guerra franca, sob o aterrorizante perigo de extinção mútua, e em como no ano de 1962, na famosa ‘Crise dos Mísseis de Cuba’ tal cenário quase se verificou. Ainda no primeiro capítulo, o fato mencionado anteriormente e a própria forma como Fidel Castro chegou ao poder, foram associados com o perigo da propaganda comunista cooptar mais Estados dentro da América Latina, levando atores importantes deste sub-sistema a ‘trocarem’ de lado e, conseqüentemente, se tornarem comunistas. Foi esse medo político-ideológico que acabou transformando o Brasil e outros países do continente sul americano em ditaduras governadas por militares.

O segundo capítulo, já abordando diretamente tais governos, demonstrou como Castelo Branco enxergava o tabuleiro montado pela Guerra Fria e como o Brasil poderia sobreviver às investidas comunistas por elementos infiltrados dentro do próprio território brasileiro, criando um serviço secreto nos moldes da CIA norte-americana para abastecer o governo com informações pertinentes ao governo sobre atividades subversivas, ao mesmo tempo em que Lyndon Johnson lidava com o aspecto social, criando programas governamentais de amparo à idosos, no plano interno e, no plano externo, despachava do mar do Caribe para as costas brasileiras a sua ‘Operação Brother Sam’ e seus navios de guerra para, em caso de necessidade, dar um completo apoio logístico e suporte militar para os militares que efetivaram o golpe de Estado que derrubou Jango em 1964. Passamos pelo

governo do general Costa e Silva, que baixaria o famoso AI-5 e suas repercussões na vida dos cidadãos brasileiros, para pouco depois disso, Costa e Silva ser afastado e ser substituído por uma junta militar até a escolha de Médici como seu sucessor na cadeira presidencial.

Para Nixon, Watergate significou o fim de sua vida como político, mas também foi o presidente norte-americano que retiraria as tropas do Vietnã, acabando com uma década de guerra e mais de 50 mil soldados norte-americanos mortos.

Médici assumiria para, em conjunto com Delfim Neto, aumentarem a economia brasileira em 10% entre os anos de 1970 e 1973, no chamado ‘milagre econômico brasileiro’. Merecendo a alcunha de ‘anos de chumbo’, Médici intensificaria a máquina repressora estatal, prendendo, torturando e matando todos os subversivos que caíram nas garras da polícia do Exército ou de algum agente governamental. Já no plano externo, adotaria uma política mais independente para o Brasil, procurando uma relação mais próxima com os países do movimento dos não-alinhados.

O terceiro capítulo é finalizado com os governos de Geisel, Figueiredo, Ford, Carter e Reagan, onde vimos desde desentendimentos entre Geisel, Carter e sua senhora, Rosalynn.

O processo de reabertura, no Brasil, seguiu de forma muito lenta e gradual, levando praticamente dez anos para ser concluído, pois Geisel assinara um decreto, concedendo ao seu sucessor seis anos de mandato. A linha dura do Exército, que não acreditava que o país já estava mais do que preparado para voltar às mãos de representantes civis, tentaram através de diversos atos terroristas, manter uma legitimidade que não mais possuía, explodindo carros e outras coisas.

No cenário econômico, o começo dos anos 80 traria de forma implacável, os desmandos econômicos da política do milagre, deixando o país com uma dívida externa assombrosa e taxas de inflação mais assombrosas ainda. Mas no fim, Figueiredo, que assumira o comando do Brasil prometendo que redemocratizaria o país nem que fosse à base de ferro e fogo, deixava a cena política com a promessa cumprida e outra frase marcante, pedindo apenas que o esquecessem. O primeiro presidente civil em 21 anos, eleito ainda à ‘moda militar’, não assumiria, deixando o cargo para seu vice, José Sarney.

Os Estados Unidos de Reagan atravessavam um período de quietude e prosperidade, ao mesmo tempo em que se tornava a única super-potência no cenário internacional.

### Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflito e integração na América do Sul: da tríplice aliança ao Mercosul 1870 – 200*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. *Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de história*. 2. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização – Presença dos EUA no Brasil*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

CARLI, Gileno. *Visão da Crise*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis e o culto dos heróis*. São Paulo: Cultura, s/d.

CERVO, Amado Luiz (org). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. O Brasil e o Mundo.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Júnior José Augusto, ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria: a era do medo*. São Paulo: Atica, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma perspectiva histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. 'A Personalidade do Homem de Estado'. In Pierre Renouvin & \_\_\_\_\_. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500 – 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república 1974-1985*. São Paulo: Xamã, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo: Relações Internacionais 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 2003.

MORAIS, Fernando. *A Ilha: um repórter brasileiro na ilha de Fidel Castro*. 30ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAULA COUTO, Adolpho João de. *Revolução de 1964: A versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *JK, Jânio e Jango: Três jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001.

REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

VIEIRA, Roberto Átila Amaral. *Crônica dos anos Geisel*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média: 1964-1985*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.